RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

2015

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....**5**

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO.....**7**

ESTATÍSTICA DE TRABALHOS DA COMISSÃO.....**15**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....**17**

OUTROS EVENTOS.....**60**

PROPOSIÇÕES APRECIADAS.....**65**

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO.....**82**

REQUERIMENTOS APRESENTADOS.....**89**

CORPO TÉCNICO.....**103**

CONTATO.....**104**

APRESENTAÇÃO

"Os que confiam no Senhor são como o Monte de Sião, que não se abala, mas permanece firme para sempre" (Sl 125.1)

Presidir a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) foi uma responsabilidade e uma satisfação que não tenho como expressar em palavras, pois me confiaram essa missão no meu primeiro ano de mandato. Considero que a Comissão desempenhou um excelente trabalho, com a realização de amplos debates sobre temas diversos. Destaco que tudo isso só foi possível por causa do empenho e do trabalho que cada um dos parlamentares e cada funcionário da Comissão apresentaram.

Nossa principal meta à frente desta importante Comissão foi, sem dúvida alguma, promover debates que abordassem os campos temáticos como: assuntos relativos à Região Amazônica, desenvolvimento e integração de regiões; planos regionais de desenvolvimento econômico e social; incentivos regionais; sistema nacional de defesa civil; política de combate às calamidades e outros, objetivando formular políticas públicas dentro do mundo globalizado. No transcorrer do ano, foram realizadas diversas reuniões deliberativas, audiências públicas, mesas-redondas e reuniões informais, resultando em um frutífero trabalho na apreciação de proposições e no estabelecimento de metas e diretrizes.

Ao todo, foram votados 47 projetos aprovados, apresentados 79 requerimentos, restando 28 proposições em tramitação. Realizamos 28 reuniões deliberativas e 31 audiências públicas. Dentre essas, quero destacar a reunião com o Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República, Mangabeira Unger, quando defendeu uma nova orientação para o desenvolvimento regional que vá além dos auxílios e que seja baseado em incentivo a empreendedorismo emergente e em um novo desenho do federalismo cooperativo. Segundo ele, é preciso reorientar o crescimento do País. A política regional tem de ir além da lógica compensatória.

Destaco também a aprovação de emenda ao orçamento que viabilizou a contratação de mais de 700 policiais rodoviários federais para serem lotados na Região Norte.

A Comissão também recebeu o Ministro das Cidades, Gilberto Kassab; o Ministro de Estado da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas; o Ministro da Pesca, Helder Barbalho, e o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha. Ainda vieram a este Colegiado representantes do Ministério de Integração Nacional, do Ministério da Defesa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Saúde, do Ministério de Minas e Energia, Ministério da Justiça, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério das Comunicações e do Ministério do Turismo e o Presidente da Funai.

Encerro os trabalhos de Presidente desta Comissão convencida de que proporcionamos, por meio dos debates realizados por este Colegiado, importantes resultados para todos, que, direta ou indiretamente, participaram dos projetos realizados pela CINDRA.

Quero reforçar que o êxito dos trabalhos alcançados nesta Comissão em 2015 foi devido ao comprometimento dos membros desta Comissão, dos servidores, dos comissionados, dos estagiários, dos pró-adolescentes, garçons e copeiros. Parabenizo e agradeço a todos pela excelência e presteza no exercício de suas funções.

Finalizo, agradecendo a Deus por confiar a mim este mandato, e a todos que me apoiaram ao longo deste período. Chego ao fim de cabeça erguida e com a certeza do dever cumprido. E destaco que foi uma honra ser a vossa representante como Presidente da Cindra.

Deputada **JÚLIA MARINHO (PSC-PA)**
Presidente da CINDRA

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

PRESIDÊNCIA

Júlia Marinho (PSC-PA)
Presidente

Wladimir Costa (SD-PA)
1º Vice-Presidente

Simone Morgado (PMDB-PA)
2ª Vice-Presidente

Alan Rick (PRB-AC)
3º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Alan Rick (PRB-AC)

Arnaldo Jordy (PPS-PA)

Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM)

Beto Salame (PROS-PA)

Cabo Daciolo (S/Part.-RJ)

Cacá Leão (PP-BA)

Delegado Éder Mauro (PSD-PA)

Francisco Chapadinha (PSD-PA)

Jozi Araújo (PTB-AP)

Júlia Marinho (PSC-PA)

Leo de Brito (PT-AC)

Marcelo Castro (PMDB-PI)
Deputado não está no exercício do mandato

Maria Helena (PSB-RR)

Paes Landim (PTB-PI)

Pauderney Avelino (DEM-AM)

Simone Morgado (PMDB-PA)

Wladimir Costa (SD-PA)

Zé Geraldo (PT-PA)

Zeca Cavalcanti (PTB-PE)

MEMBROS SUPLENTES

André Abdon (PRB-AP)

Angelim (PT-AC)

Átila Lins (PSD-AM)

Domingos Neto (PMB-CE)

Hissa Abrahão (PPS-AM)

Janete Capiberibe (PSB-AP)

Jéssica Sales (PMDB-AC)

Jorge Boeira (PP-SC)

Marinha Raupp (PMDB-RR)

Nilson Leitão (PSDB-MT)

Nilson Pinto (PSDB-PA)

Professora Marcivânia (PT-AP)

Roberto Britto (PP-BA)

Rocha (PSDB-AC)

Silas Câmara (PSD - AM)

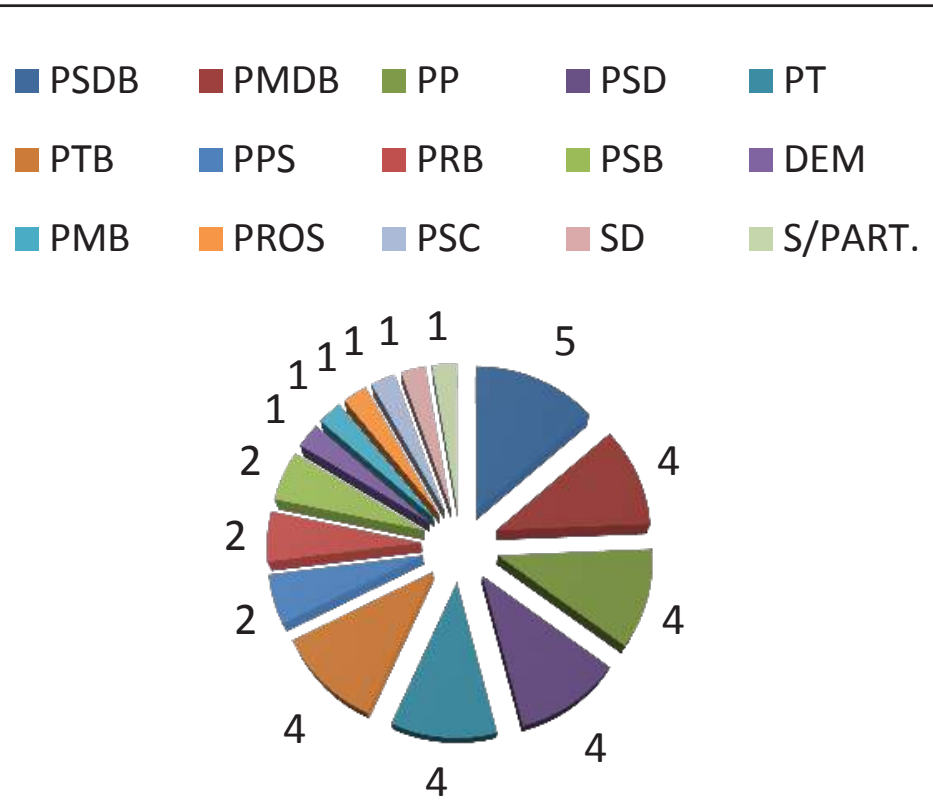
Vitor Lippi (PSDB-SP)

Vitor Valim (PMDB-CE)

Wilson Filho (PTB-PB)

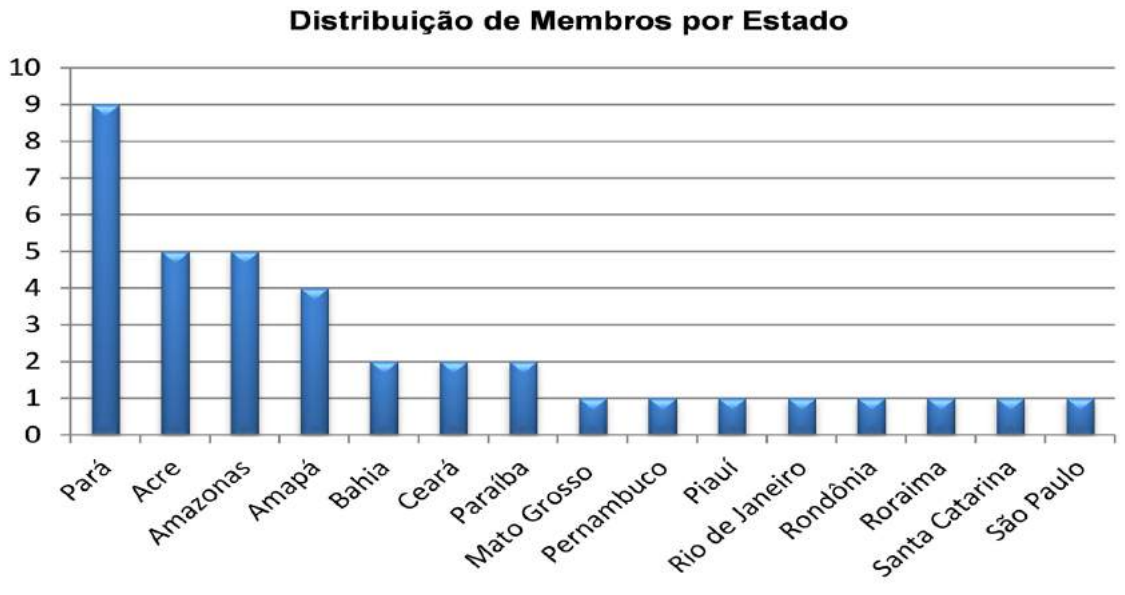
COMPOSIÇÃO POR PARTIDO

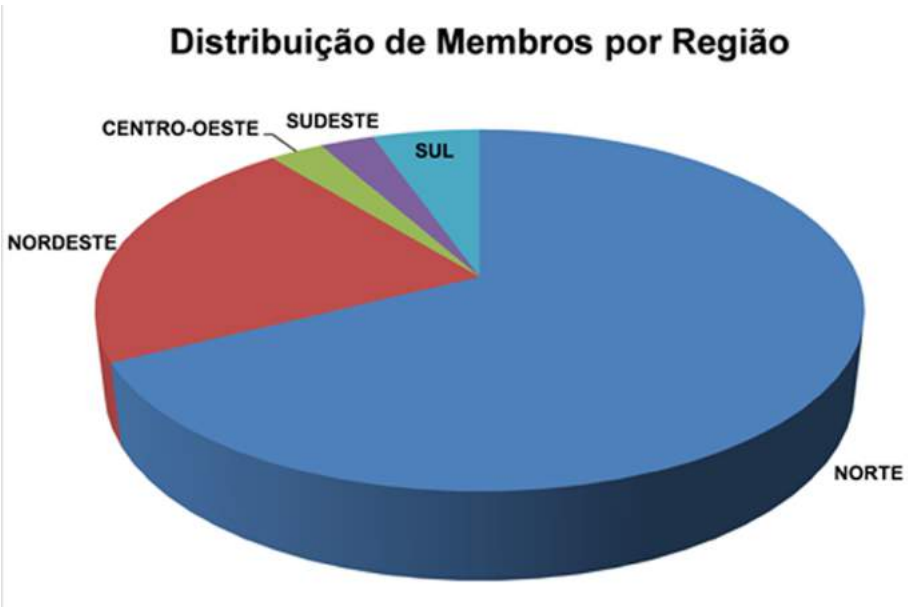
PSDB	5
PMDB	4
PP	4
PSD	4
PT	4
PTB	4
PPS	2
PRB	2
PSB	2
DEM	1
PMB	1
PROS	1
PSC	1
SD	1
S/P	1



COMPOSIÇÃO POR ESTADO E REGIÃO

Pará	9
Acre	5
Amazonas	5
Amapá	4
Bahia	2
Ceará	2
Paraíba	2
Mato Grosso	1
Pernambuco	1
Piauí	1
Rio de Janeiro	1
Rondônia	1
Roraima	1
Santa Catarina	1
São Paulo	1
Alagoas	0
Distrito Federal	0
Espírito Santo	0
Goiás	0
Maranhão	0
Mato Grosso do Sul	0
Minas Gerais	0
Paraná	0
Rio Grande do Norte	0
Rio Grande do Sul	0
Sergipe	0
Tocantins	0





ESTATÍSTICAS DE TRABALHO DA COMISSÃO

ATIVIDADES

Reuniões de Instalação e Eleição.....01

Reuniões Deliberativas Ordinárias.....28

Reuniões de Audiências Públicas.....31

Outros Eventos.....05

PROPOSIÇÕES

Projetos aprovados.....47

Projetos rejeitados..... 05

Proposições em tramitação..... 28

- *Projetos de Decreto Legislativo (1)*
- *Projetos de Lei (24)*
- *Projetos de Lei Complementar (1)*
- *Propostas de Fiscalização e Controle (2)*

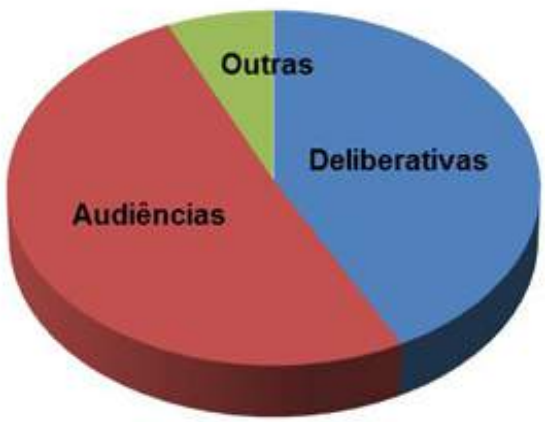
Requerimentos apresentados.....79

RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Proposições APROVADAS e REJEITADAS: 131		
Proposição	**Aprovadas**	**Rejeitadas**
Projeto de Lei	38	5
Projeto de Lei Complementar	2	0
Projeto de Decreto Legislativo	5	0
Proposta de Fiscalização e Controle	2	0
Requerimento	79	0
TOTAL	126	5

REUNIÕES E OUTROS EVENTOS

Convocados: 73		
Reuniões/Eventos	**Realizados**	**Não Realizados**
Instalação e Eleição	1	0
Deliberativas	28	0
Audiências Públicas	31	8
Outros Eventos	5	0
TOTAL	65	8



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Data: 19/03/2015

Tema: "SOLUÇÕES EFETIVAS PARA O POVO DO ESTADO DO ACRE, QUE ENFRENTA A MAIOR TRAGÉDIA NATURAL DE SUA HISTÓRIA"

(Requerimento nº 3/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Fernando Chaves-PSC

O General de Brigada Marcos José Pupin, do Ministério da Defesa, afirmou que a inundação sofrida no Estado do Acre atingiu uma população muito expressiva, principalmente da capital Rio Branco. A cota do Rio Acre ultrapassou cerca de um metro em relação aos registros já existentes, ressaltou que foram repassados recursos emergenciais a todas as cidades, resultando em um montante geral de mais de R$ 3 milhões. Apresentou as providências tomadas pelo Exército Brasileiro, destinadas a minimizar os danos causados como a disponibilização de pessoal,médicos, viaturas e barcos.

O senhor João Luiz Guadagnin, Diretor do Departamento de Financiamento e Proteção à Produção Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, afirmou que os bancos estão renegociando as dívidas dos trabalhadores e produtores rurais. Ele discorreu sobre as regras utilizadas para pagamento de financiamento nos casos de calamidade pública.

Em continuidade, o senhor Rodrigo Morais Lima Delgado da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome alegou que no presente caso, em que três municípios decretaram situação de calamidade pública, é possível solicitar o benefício de prestação continuada e a antecipação dos benefícios do programa Bolsa Família.

Os parlamentares presentes fizeram alguns questionamentos aos expositores sobre as medidas que estão sendo tomadas, visando minimizar os impactos provenientes da inundação e manifestaram grande preocupação com a situação. Após, sugeriram ações para evitar transtornos similares no futuro, como a retirada da população das margens dos rios e a construção de mais casas populares.

Data: 24/03/2015 (Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Tema: "O DESMATAMENTO E A EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA NA AMAZÔNIA LEGAL"

(Requerimentos nºs 338 e 342/2014 e 1/2015-CMADS e 448/2014-CINDRA, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy).

Laycer Tomaz-CD

O senhor Márcio Astrini, Coordenador da Campanha da Amazônia do Greenpeace, discorreu sobre a participação do órgão na Amazônia desde o ano de 1988 e apresentou dados sobre o tema. Afirmou que, conforme pesquisa do Imazon, entre os anos de 2011 e 2012, 78% das áreas exploradas para atividade madeireira no Pará, e 54%, no Mato Grosso, ocorreram sem autorização.

O senhor Bruno Valente, Procurador da República do Ministério Público Federal, declarou que o atual sistema online de comércio elevou a possibilidade de fraudar documentos. Ressaltou, ainda, que apesar de o órgão ter providenciado algumas medidas no sentido de melhorar o sistema de controle, há necessidade do Estado se aparelhar melhor para combater estas ações de ilegalidade.

O senhor Hildemberg Cruz, Secretário Adjunto de Gestão de Regularidade Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará (SEMA/PA), apresentou os Instrumentos de Gestão, Controle e Fiscalização aplicados em sua Secretaria.

Dando sequência ao debate, o senhor Jair Schimitt, Coordenador-Geral de Fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), explicou como se procede o desmatamento ilegal da madeira e afirmou que, atualmente, a principal forma de fraude ocorre no momento autorizativo da exploração da madeira, ou seja, na geração dos créditos florestais. Finalizando, apresentou soluções para combater essas fraudes, como o efetivo controle na geração dos créditos, a unificação das políticas e regramentos entre os Estados, a integração dos sistemas de concessão de créditos e o aumento do esforço de fiscalização.

Laycer Tomaz-CD

Data: 07/04/2015

Tema: **"EMANCIPAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DO INCRA NA REGIÃO AMAZÔNICA"**

(Requerimento nº 1/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor Pedro Bavaresco, Consultor Técnico da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, ateve-se ao tema trabalhado em sua Secretaria. Informou que, atualmente, há 113 milhões de hectares de glebas públicas federais arrecadadas na Região Amazônica, sendo 58 milhões de hectares com destinação e 55 milhões de hectares sem destinação. Apresentou, ainda, o cenário de regularização que a Secretaria enfrenta: são 600 núcleos urbanos dentro das áreas federais com cerca de 150 mil famílias com dificuldade de acesso a políticas públicas, lentidão dos trâmites de regularização e marco legal insuficiente e desatualizado. Afirmou que o ano de 2014 foi o ano em que mais foram destinadas terras.

O senhor Cesar Fernando Schiavan Aldrigui, Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apresentou um panorama dos assentamentos de reforma agrária desde a década de 70 até o ano de 2014, ano em que foi aprovada a Lei n° 13.001/2014, que trata especificamente da emancipação. Destacou que esta lei possibilitou não só um processo de consolidação, mas efetivamente de titulação das pessoas que estão ocupando os assentamentos com mais de 10 anos de criação.

Em continuidade, afirmou que os assentamentos que estão sob responsabilidade do Incra correspondem a uma área de 50 milhões de hectares. Ressaltou, também, que 91% dos projetos de assentamento sob jurisdição do INCRA encontram-se na base de dados de georreferenciamento e 39% estão com documentação expedida.

A Deputada Júlia Marinho reconheceu, pelos dados demonstrados, que muito já foi feito pelos assentados, mas ressaltou que ainda há muito a se fazer por aquela gente sofrida. Em resposta, o senhor Cesar Fernando, representante do INCRA, assumiu o compromisso de avançar com o debate de forma coletiva com movimentos sociais e demais atores do Governo, com o intuito de melhorar o processo de titulação dos assentamentos.

Data: 14/04/2015

Tema: **"AS PERSPECTIVAS DA GESTÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO ESTADO DO ACRE, FACE AOS RISCOS DE SAÚDE QUE SE AGRAVAM NA POPULAÇÃO DEVIDO AOS GRANDES ALAGAMENTOS"**

(Requerimento nº 9/2015, de autoria do Deputado Alan Rick).

Anna Cavalcante-PSC

A senhora Júlia de Albuquerque Pacheco, Coordenadora-Geral Substituta da Força Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), apresentou as ações executadas pelo Ministério da Saúde para amenizar os danos causados a mais de 120 mil pessoas, como o envio de mais de 10 mil toneladas de medicamentos e um repasse financeiro de mais de R$ 70 milhões. Afirmou, ainda, que o Ministério instalou no Estado do Acre um programa de treinamento em epidemiologia aplicada que tem como meta apoiar a vigilância em Saúde do Estado na coleta, análise e divulgação das informações sobre as doenças e agravos relacionadas às enchentes, com o objetivo de agir oportunamente para evitar óbitos. O Deputado Alan Rick cobrou outras ações da Força Nacional do Sistema Único de Saúde, como repasses para reformas e construção de postos de saúde, de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e hospitais.

Em relação ao quadro geral de agravos, o senhor Iraílton Lima, Subsecretário de Saúde do Estado do Acre, salientou que foi identificada, como consequência imediata, uma sobrecarga dos serviços públicos de saúde, em particular da rede de urgência na cidade de Rio Branco, pela dificuldade de manutenção dos serviços da atenção primária. Citou, ainda, que houve uma desorganização da logística de atendimentos, comprometendo a regularidade dos serviços e levando a uma maior dificuldade na manutenção destes. Segundo ele, os agravos mais comuns registrados foram os relacionados a doenças de rápida e fácil transmissão, como a leptospirose. Informou, ainda, que foram investidos R$ 20 milhões para construção de hospitais, UPAS e posto de saúde.

O Deputado Angelim enalteceu o atendimento dado pelo governo federal, estadual e municipal aos prejudicados pelo desastre natural causado pelas fortes chuvas e elogiou os profissionais da saúde do Estado que trabalharam além da sua carga horária por mais de 30 dias.

Data: 15/04/2015

Tema: **"PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES RELACIONADOS ÀS ÁREAS DE COMPETÊNCIA DESTA COMISSÃO"**

(Requerimento nº 4/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho, subscrito pelo Deputado Cacá Leão).

Zeca Ribeiro-CD

O senhor Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, discorreu sobre a dificuldade dos municípios em executar suas a tribuições devido a falta de recursos financeiros, ficando a depender dos governos estaduais e federal. Salientou a necessidade da criação de um novo pacto federativo, de modelos de parcerias com o capital privado, bem como a criação de fórmulas de integração entre estados e municípios. Em seguida, os parlamentares, sobretudo da Região Norte, apresentaram demandas ligadas a habitação, saneamento básico, mobilidade e desenvolvimento urbano. Citaram, ainda, vários problemas ligados, principalmente, às enchentes e a difícil localização de algumas cidades.

A Deputada Júlia Marinho destacou a dificuldade da execução do programa carro-chefe do ministério, Minha Casa, Minha Vida em vários municípios da Região Norte.

Em resposta, Gilberto Kassab informou que as duas primeiras fases do programa contemplaram a Região Norte com 274 mil unidades habitacionais e que a terceira fase deve ser lançada em maio de 2015, com previsão de que o número de casas entregues alcance 6,7 milhões até 2018. Ele acredita que o programa não sofra restrições com o ajuste fiscal do governo, mas ressaltou que essa meta depende da estabilidade econômica do país.

Foram apresentadas sugestões pelos parlamentares, entre elas: a homologação do uso de madeira certificada na construção de casas do programa Minha Casa, Minha Vida; o aproveitamento do programa cheque-moradia desenvolvido no Pará; a defesa de um programa nacional de tarifa social para o transporte; e a viabilização de pontes em comunidades ribeirinhas. O ministro comprometeu-se a avaliar e a estudar as sugestões dos deputados e destacou a importância da sua visita à Comissão, proporcionando o surgimento de novas ideias e experiências que, muitas vezes, não são de conhecimento de técnicos do Ministério das Cidades.

Data: 22/04/2015

Tema: **"A MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ (CELPA) E OS VALORES ABUSIVOS E INDEVIDOS PRATICADOS NA TARIFA DE ENERGIA DO PARÁ"**

(Requerimentos nºs 13/2015, de autoria dos Deputados Júlia Marinho, Alan Rick, Cacá Leão, Wladimir Costa e Zé Geraldo, e 14/2015, de autoria dos Deputados Arnaldo Jordy e Zé Geraldo).

Luis Macedo-CD

O senhor Domingos Romeu Andreatta, Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia, demonstrou a situação atual do atendimento ao estado do Pará e apresentou o quadro de leilões previstos para o ano de 2015, as obras que serão licitadas e as obras de distribuição previstas para a Região Norte.

Por sua vez, o senhor Mauro Chaves de Almeida, Diretor de Relações Institucionais da Centrais Elétricas do Pará (Celpa), informou que os processos tarifários são de responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e que o maior impacto para o reajuste foram as despesas com compra de energia e encargos, reflexo da situação conjuntural do setor elétrico. Segundo ele, o aumento abusivo da conta de energia do Pará foi uma consequência da crise hídrica enfrentada no Brasil. Salientou, ainda, que no reajuste ocorrido no ano de 2014, dos 35% homologados pela Aneel, apenas 1,6% se referem à parcela solicitada pela Celpa. Concluiu apresentando os investimentos realizados pela Celpa, bem como as melhorias que a empresa está desenvolvendo em todo o estado.

O senhor Davi Antunes Lima, Superintendente de Gestão Tarifária da Aneel, explicou como são processados os reajustes das tarifas e ressaltou que a tarifa média de energia da Celpa é maior que a média do Brasil porque o percentual de perdas regulatórias é alto devido à área com maior complexidade socioeconômica. Apresentou como solução, a necessidade de uma maior eficiência no combate às perdas. Em seguida, expôs dados sobre as bandeiras tarifárias e finalizou afirmando que a Aneel tem como objetivo proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

A Deputada Simone Morgado propôs a criação de um grupo de trabalho para a elaboração de um relatório específico sobre as questões energéticas no Estado do Pará com o objetivo de corrigir distorções no setor elétrico que impactam os custos finais da energia para o consumidor.

Data: 23/04/2015

Tema: **"O BENEFÍCIO PARA O PESCADOR E A MEDIDA PROVISÓRIA 665, A CONSTRUÇÃO E O FUNCIONAMENTO DAS AGÊNCIAS DO INSS NO ESTADO DO PARÁ E NA AMAZÔNIA LEGAL"**

(Requerimentos nºs 5/2015, de autoria do Deputado Silas Câmara, subscrito pelos Deputados Alan Rick e Francisco Chapadinha, e 11/2015, de autoria do Deputado Zé Geraldo).

Alex Ferreira-CD

O senhor Ministro da Previdência Social, Carlos Eduardo Gabas, iniciou sua fala apresentando um breve relato sobre as Medidas Provisórias 664 e 665. Destacou que elas surgiram em um contexto de ajustes necessários para que a previdência social permaneça sendo uma política com sustentabilidade e que consiga garantir o pagamento das aposentadorias e pensões ao longo do tempo. Definiu previdência social como uma política de longo prazo, com pagamento dos beneficiários de forma solidária. Ressaltou, ainda, que no caso do seguro desemprego, existe um grande desafio: lidar com a contradição existente no ano de 2014, em que houve a menor taxa de desemprego da história, e em contrapartida um elevado gasto com o seguro desemprego. Segundo o Ministro, o único fator que explica este aumento é a alta rotatividade.

Em continuidade, destacou que o seguro defeso é uma modalidade de seguro desemprego diferenciada, pois o trabalhador deixa de exercer sua atividade por uma determinação do Estado, que proíbe a pesca por um período, com o intuito de proteger o meio ambiente. Afirmou que é necessário regular o sistema do seguro defeso para não haver distorções no processo. Como exemplo do uso indevido do programa, ele citou o caso de cidades em que o número de pescadores é maior que a própria população. O Deputado Silas Câmara salientou que o Ministério Público e a Polícia Federal precisam concluir os inquéritos que estão em andamento como forma de corrigir e punir os infratores.

O senhor Ministro esclareceu que as licitações para a construção de novas Agências do INSS são descentralizadas para possibilitar a participação das pequenas e médias empresas. Citou dois fatores que dificultam o andamento das obras das agências: o fato de algumas empresas abandonarem a obra, sendo necessária a realização de uma nova licitação, e o grande contingenciamento no orçamento de 2015, impossibilitando a aplicação de recurso em novas obras. Afirmou, ainda, ter ciência da deficiência de servidores nas agências e que o governo está providenciando a abertura de novos concursos.

Data: 05/05/2015 (Conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática)

Tema: **"MOTIVOS DE AS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL CONSTAREM SEMPRE EM PRIMEIRO LUGAR NO RANKING DE RECLAMAÇÕES E QUAIS AS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PARA QUE ESSE QUADRO SEJA ALTERADO, BEM COMO ACERCA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE TELEFONIA MÓVEL, FIXA E BANDA LARGA NOS ESTADOS DO PARÁ E AMAPÁ E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO"**

(Requerimentos nºs 19/2015-CCTCI, de autoria do Deputado Rômulo Gouveia, 19/2015-CINDRA, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Antonio Araújo-CD

O senhor Roberto Pinto Martins, representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e o senhor Amaury Oliva, representante da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACOM), informaram que, nos Procons espalhados pelo país, os principais problemas do setor de telefonia móvel são relativos à cobrança, oferta, atendimento e vício ou má qualidade do produto ou serviço. Destacou que 75% das reclamações dizem respeito ao relacionamento das operadoras com o cliente, em casos envolvendo cobrança, atendimento, habilitação e cancelamento da linha. Os outros 25% estão ligados à operação da rede, como velocidade de conexão, interrupções nas chamadas e outros problemas de acesso à rede.

O senhor Roberto destacou, ainda, que com foco na qualidade, aprimorou-se as obrigações constantes do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações (RGC). Com os picos de venda de Smartphones e o avanço tecnológico, a demanda por conectividade e mobilidade sobe "exponencialmente", mas, ao mesmo tempo, o setor enfrenta a resistência dos municípios para a instalação de antenas e a baixa aplicação dos recursos acumulados nos fundos de telecomunicações.

Segundo a Deputada Júlia Marinho, no Pará e Amapá, a penetração da banda larga fixa é de apenas 11% dos domicílios, no mais absoluto contraste com a média do país. Na internet móvel, as estatísticas revelam um cenário desigual.

O senhor Carlos Duprat, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), argumentou que o índice de reclamação contra operadoras caiu 16% entre 2013 e 2014 e que, as operadoras já investiram mais de R$ 230 milhões para colocar em prática as 86 obrigações impostas pela Anatel.

Data: 07/05/2015

Tema: **"LICENÇAS INDÍGENAS PARA A EFETIVAÇÃO DAS OBRAS DA BR 230-TRANSAMAZÔNICA"**

(Requerimento nº 12/2015, de autoria do Deputado Zé Geraldo).

Lúcio Bernardo Jr.-CD

O autor do requerimento, Deputado Zé Geraldo, transmitiu o sentimento de revolta da população com a morosidade da conclusão das obras e todo o sofrimento que a falta de estrutura ocasiona aos cidadãos. Os órgãos convidados foram unânimes em afirmar ser um empreendimento de difícil execução por envolver a comunidade indígena, mas que conjuntamente estavam avançando nos trabalhos para liberarem mais trechos.

O senhor Miguel de Souza, Secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, ressaltou que estão buscando soluções para que ambos os lados, a comunidade indígena e a população local, não tenham prejuízos.

Em seguida, o senhor Adailton Cardoso Dias, Diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), afirmou que, no dia da realização desta audiência pública, foi entregue à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) um ofício solicitando a liberação de alguns trechos já contratados para que as empresas possam aproveitar o curto período sem chuvas da Região Norte.

Na oportunidade, o senhor Fábio Luiz Lima de Freitas, Coordenador-Geral de Rodovias e Ferrovias da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC), destacou alguns pontos que atrapalhavam os avanços da obra, como a falência de algumas empresas, bem como a dificuldade de outras em fazer a mobilização e começarem a trabalhar.

Segundo o senhor Júlio César Gomes Pinto, Diretor de Promoção e Desenvolvimento Sustentável da FUNAI, o desafio de hoje é avançar no desenvolvimento econômico do país, mas garantindo aos povos de comunidades tradicionais e agricultores familiares o usufruto exclusivo sobre suas terras.

A Deputada Júlia Marinho solicitou aos órgãos convidados o envio de um relatório atualizado do andamento das obras. Finalizando a discussão, os expositores comprometeram-se a realizar todo o esforço necessário para a obtenção da licença e efetivação da obra.

Data: 21/05/2015

Tema: **"PROJETOS E AÇÕES PRIORITÁRIOS DO MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA"**

(Requerimento nº 28/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Lúcio Bernardo Jr.-CD

O senhor Ministro da Pesca, Helder Barbalho, deu início a sua apresentação salientando a importância do debate para a Amazônia, uma região muito carente de políticas públicas. Em seguida, apresentou dados sobre os indicadores mundiais referentes à pesca e à aquicultura em relação ao Brasil, informando que a produção mundial de pescado é de 158 milhões de toneladas ano, movimentando US$ 600 bilhões por ano e US$ 136 bilhões em exportações. Ressaltou ainda que o Brasil ocupa o 22° lugar entre os 25 maiores produtores de pescado por captura do mundo.

Em relação à pesca extrativa no Brasil, Helder Barbalho destacou que o país apresenta 1,025 milhão de pescadores registrados e que a produção brasileira, com base no ano de 2013, é de 765 mil toneladas, com a projeção de chegar a um milhão de toneladas no ano de 2020. Já em relação à aquicultura brasileira, citou que a produção nacional é de 707 mil toneladas, com faturamento de R$ 3,5 bilhões por ano. Em continuidade, demonstrou os caminhos para o crescimento da pesca no Brasil, como o aprimoramento dos processos de gestão e aumento da rentabilidade dos estoques pesqueiros, bem como a ampliação da participação brasileira na pesca oceânica e a melhoria da infraestrutura de desembarque do pescado. Como estratégia de crescimento da aquicultura no país, o ministro destacou a busca pela equiparação da tributação nas cadeias produtivas, a reforma do Decreto sobre utilização de águas da União para aquicultura, a facilitação do acesso ao crédito com a melhoria do Plano Safra e a criação de parcerias para acelerar o crescimento.

Helder Barbalho falou, ainda, sobre o Plano de Desenvolvimento da Pesca para os anos 2015/2020, demonstrando os eixos de atuação e os principais programas, ações e ordenamento pesqueiro. Finalizou apresentando o Programa de Desenvolvimento da Aquicultura na Amazônia e discorreu sobre a situação dos estados da Amazônia com relação à aquicultura.

Data: 28/05/2015

Tema: **"INCENTIVOS FISCAIS NA AMAZÔNIA"**

(Requerimento nº 06/2015, de autoria do Deputado Zé Geraldo, subscrito pelo Deputado Rocha).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor José Wanderley Uchoa Barreto, Diretor do Departamento de Prospecção, Normas e Análise dos Fundos da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais do Ministério da Integração Nacional, informou que o total de fundos regionais (Fundo de Desenvolvimento Regional e Fundos Constitucionais de Financiamento) aplicados nos anos de 2011 a 2014 foi da ordem de R$ 103 bilhões. Informou, ainda, que os fundos regionais investiram R$ 210 bilhões e geraram 20 milhões de empregos nos últimos 25 anos e que na Região Norte foram investidos R$ 41,7 bilhões, com a geração de 3,6 milhões de empregos.

Ressaltou, ainda, que houve uma evolução positiva nestes últimos anos dos aportes de recursos para toda região da Amazônia.Finalizando, apresentou as ações a que foram destinadas estes incentivos e afirmou que nestes próximos quatro anos estão previstos cerca de R$ 121 bilhões para estas ações de incentivos fiscais.

O senhor Indalécio Rodrigues Pacheco, Coordenador-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros da SUDAM, informou que os incentivos fiscais administrados pela SUDAM são instrumentos de promoção de investimentos que visam atrair e/ou manter empreendimentos na Amazônia Legal, reduzindo custos operacionais, promovendo a melhoria da competitividade das empresas e o consequente fortalecimento da economia regional.

Destacou também as modalidades de incentivos que o órgão administra, como a redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), a isenção do IRPJ, o reinvestimento de 30% do IRPJ e a depreciação acelerada para efeito de cálculo do IRPJ.

Dando continuidade à apresentação anterior, o senhor Djalma Mello, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), apresentou propostas destinadas a melhorar o desenvolvimento da Amazônia, como a alteração de 75% para 50% do valor do benefício fiscal da redução do IRPJ para empreendimentos como a geração de energia hídrica e indústria extrativa de minerais; a alteração de 75% para 60%, para projetos de modernização das linhas de produção anteriormente aprovadas. Destacou, ainda, outras proposições, como a criação do Fundo Social da Amazônia Legal, com propósito de erradicar a miséria e reduzir as desigualdades regionais na Amazônia; e a prorrogação dos incentivos fiscais. O superintendente discorreu, também, sobre a dinâmica populacional, a geração de emprego e a dinâmica do Produto Interno Bruto na Amazônia Legal.

O senhor Roni Peterson Bernadino de Brito, Coordenador de Tributos sobre a Produção e Comércio Exterior do Ministério da Fazenda, salientou que os benefícios fiscais para a região da Amazônia têm sido os principais meios de investimentos na Região Norte. Afirmou que, historicamente, os incentivos a esta região são em duas frentes: consumo e produção. Há, ainda, benefícios sobre a tributação das rendas das pessoas que moram nestas áreas.

A senhora Alessandra Cardoso, Assessora Política do INESC, destacou que os incentivos fiscais foram criados para promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais. Definiu incentivos fiscais como gastos indiretos do governo por intermédio do sistema tributário visando objetivos econômicos e sociais.Salientou que os gastos tributários da Região Norte representam 15% do total de gastos tributários do país e que 76% desta parcela está concentrada na Zona Franca de Manaus. Informou, ainda, que os incentivos no âmbito da SUDAM e FINAM representam 6% do total dos gastos tributários da Região Norte; 0,92% do total dos gastos tributários no Brasil; e cerca de 30% dos incentivos fiscais ao desenvolvimento regional.

Publicação site SUDAM

Data: 09/06/2015

Tema: **"A GESTÃO E AS FONTES DE RECURSOS PARA ATIVIDADES DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE"**

(Requerimento nº 18/2015, de autoria do Deputado Alan Rick).

Gabriela Korossy-CD

O senhor Francisco Gaetani, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, ressaltou o ajuste fiscal que está em andamento; a reavaliação dos projetos governamentais e os bens públicos globais que precisam ser preservados. Apresentou a agenda do Ministério e citou como exemplo a legislação do Novo Código Ambiental, em que a preocupação com a preservação em reservas legais e áreas de proteção permanente vem associada a um grande mercado de oportunidades ligado ao desenvolvimento florestal agrosilvopastoril. Citou, ainda, que o Ibama é a agência que fiscaliza a Amazônia, destacando que o desmatamento está em franco processo de redução. Sobre as fontes de financiamento, apontou o Fundo da Amazônia, administrado pelo BNDES, e o Programa de Preservação de Áreas Protegidas que é financiado a fundo perdido pelo governo Alemão e fundações Norte Americanas. Discorreu sobre o programa Bolsa Verde, como complemento do programa Bolsa Família, para preservação da mata nativa.

Paulo César Ribeiro Lima, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados, ateve-se à questão do petróleo no Brasil, salientando que, do seu ponto de vista, a exploração do pré-sal contribui para o meio ambiente, devido ao fato de o petróleo advindo do pré-sal causar um impacto ambiental muito menor que aquele produzido em outros potenciais países competidores do Brasil, como Canadá e Venezuela. O consultor afirmou que, apesar de o preço do petróleo ter caído, não houve queda da receita, devido a alta do dólar. Relembrou o debate ocorrido no Congresso Nacional referente à destinação de parte das receitas petrolíferas para a saúde e a educação, salientando que o petróleo precisa ser uma fonte de recursos para a área de meio ambiente. O consultor destacou que o país precisa melhorar a arrecadação, distribuição e aplicação da receita no país, sendo necessário para isso, alterar a legislação brasileira e impedir o contingenciamento.

Data: 10/06/2015 (Conjunta com a Comissão de Turismo)

Tema: **"PLANOS E PROGRAMAS DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL PARA O ANO DE 2015"**

(Requerimento nºs 3/2015-CTUR, de autoria do Deputado Alex Manente, e 2/2015-CINDRA, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Gabriela Korossy-CD

O Senhor Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil, discorreu sobre o funcionamento do sistema aeroportuário do Brasil, afirmando que as cartas dos aeroportos são de padrões internacionais, e que estamos diante de um processo de democratização do acesso às aeronaves. Informou, ainda, que os investimentos realizados nos aeroportos do Brasil estão no escopo de R$ 26 bilhões. Esclareceu, também, que para as novas concessões, tem-se como objetivo a ampliação de infraestrutura, criação de *hubs* (centro de conexão comercial) regionais, efetivação de altos índices de satisfação dos passageiros e incentivo ao turismo. Para reestruturar a INFRAERO, todo o valor arrecadado pela outorga irá para o FNAC (Fundo Nacional da Aviação Civil) que só poderá ser gasto em serviços aeroportuários.

Em relação ao programa de Desenvolvimento da aviação regional, relatou alguns dos problemas que impedem a construção e manutenção de aeroportos regionais, tais como questões ambientais e econômicas. Citou que há um plano de destinos indutores para o incentivo ao turismo no Brasil e quanto à questão dos aeroportos na Amazônia Legal, a Presidenta da República já estabeleceu uma série de investimentos para viabilizar um total de 67 aeroportos na Região Norte, bem como a destinação de subsídios para garantir voos.

O senhor Antônio Gustavo, Presidente da INFRAERO, discorreu sobre alguns problemas ocorridos nos aeroportos de vários estados, tanto nas obras de ampliação, quanto nas concessões já autorizadas. Esclareceu que está em discussão com a secretaria de aviação civil para solucionar os diversos problemas, inclusive com adaptações orçamentárias e a viabilização de término das obras em tempo previsto.

O Presidente da ANAC, Marcelo Guaranis, esclareceu como ocorre a formalidade dos acordos internacionais para a autorização de voos para o Brasil. É necessário autorização das autoridades dos dois países, sob a orientação de renegociar constantemente estes acordos, com a finalidade de obter e manter o maior número de autorizações possíveis.

Data: 11/06/2015

Tema: **"RAZÕES DO NÃO CUMPRIMENTO DO REAJUSTE DEVIDO AOS SERVIDORES DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (SUFRAMA)"**

(Requerimento nº 30/2015, de autoria do Deputado Pauderney Avelino).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor Anderson Guimarães Belchior Ramos, Presidente do Sindicato dos Funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SINDFRAMA), iniciou sua exposição salientando que a Suframa é o órgão de maior competência na Região Norte e a mais importante agência de desenvolvimento do país. Informou, ainda, que o órgão apresenta um quadro de 531 servidores ativos com baixos vencimentos básicos, gerando uma alta rotatividade. Ressaltou, também, que a greve dos servidores gerou um prejuízo de aproximadamente R$ 13 bilhões e que o custo para a reestruturação da Suframa é de R$ 32 milhões ao ano. Já o prejuízo para a indústria, conforme o presidente do sindicato, foi da ordem de R$ 350 milhões por dia.

Segundo o Secretário da Zona de Processamento de Exportações Gustavo Fontenelle, a recente renovação do modelo da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos preocupa o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Salientou que este modelo já se encontra em execução há 48 anos e necessita ser rediscutido devido às grandes mudanças pelas quais o país vem passando.

Em continuidade ao debate, o senhor Sergio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, informou que o Ministro Nelson Barbosa reuniu-se com a bancada da Amazônia e comprometeu-se a colocar no projeto de lei orçamentária de 2016 a previsão orçamentária para o aumento dos servidores da Suframa.

"A SUFRAMA é o órgão de maior competência na Região Norte e a mais importante agência de desenvolvimento do País."

Presidente do SINDFRAMA

Data: 17/06/2015

Tema: **"NOVA CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL"**

(Requerimento nº 32/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Anna Cavalcante-PSC

Senhor Mangabeira Unger, Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, discorreu sobre a construção de uma nova estratégia de desenvolvimento nacional, que está vinculada à política regional, sendo este, um plano de Estado, e não de governo. Salientou que o projeto de desenvolvimento nacional deve pautar-se no desenvolvimento de cada brasileiro, com uma base social concreta, daqueles que compõem a classe social emergente, assegurando que a condição financeira não é o único aspecto a ser observado.

Destacou a importância que se faz a criação de uma federação de cooperação para aprimorar o método da política regional, sendo obrigação do Estado assegurar que todos os estados federados sejam independentes.

Ressaltou, ainda, que não há solução para o Brasil, se não houver solução para a região nordeste, onde se concentra 30% do total da população. A falta de estratégia e projetos para o nordeste tem sido preenchida por duas ilusões: pobrismo e são paulismo. Segundo ele, é necessário estabelecer soluções eficazes para o clima semiárido, para o empreendedorismo e inventividade tecnológica popular. Ao referir-se à Amazônia, o Ministro ressaltou a importância em manter a conservação da floresta, bem como a organização de serviços ambientais, a construção de vínculos entre o complexo verde e o complexo industrial e a construção de regimes jurídicos que ofereçam alternativas de gestão comunitária das florestas.

Marcelo Camargo-Agência Brasil

Destacou também que requisitos internos, tais como fomento ao empreendedorismo, formação de recursos humanos capacitador de ensino médio e técnico, e o choque de ciência e tecnologia podem ser elaborados e realizados sem que o governo federal tenha que interferir, trata-se, portanto, de estratégia regional. Sabe-se que as questões ambientais e tributárias são responsáveis pela ineficácia de vários planos existentes.

Quanto ao estado do Pará, destacou cinco setores privilegiados que podem alavancar o desenvolvimento desejado: a indústria madeireira; a venda de serviços ambientais avançados em nível mundial, sem que isso comprometa a soberania nacional, para a construção de bases de um modelo de sustentabilidade de alto padrão; a mineração que está presente de forma riquíssima no estado; a atividade agropastoril, substituindo a pecuária extensiva e degradadora com a monocultura da soja, por uma agropecuária progressivamente intensificada combinada com um conjunto de lavouras perenes para os cultivos de peixes com um desenvolvimento sustentável; e a reorientação das grandes barragens e usinas no estado, devendo estes grandes empreendimentos serem pensados não somente como obras de engenharia física, mas também como obras de engenharia social e econômica, estabelecendo elementos essenciais de legalidade e compensações sociais de forma efetiva, com a definição de uma estratégia na microrregião com o financiamento de fundos instituídos por estas obras.

"A política regional é a forma plena de desenvolvimento do País. Começamos a construir uma nova esstratégia nacional e o Congresso é indispensável nesta virada do Brasil."

Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Data: 24/06/2015

Tema: **"MÁ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA COMPANHIA DE ELETRICIDADE ELETROACRE"**

(Requerimentos nºs 21 e 27/2015, de autoria do Deputado Alan Rick).

Lúcio Bernardo Jr.-CD

O senhor Domingos Romeu Andreatta, Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia, informou que o suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, bem como as seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é realizada pela Eletronorte. O sistema Eletronorte no Acre foi integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) no ano de 2009, responsável pelo suprimento de cerca de 84% de toda a área de concessão. Apresentou as obras de transmissão previstas nos municípios de Feijó e Cruzeiro do Sul, com previsão de término para janeiro de 2017 e a evolução do consumo de energia elétrica na área de concessão da Eletroacre, destacando o crescimento médio de 6,2% entre os anos de 2010 e 2014. Segundo ele, a Eletroacre tem obtido resultados positivos em relação às pesquisas de satisfação quanto ao serviço prestado, porém ainda carece de alguns aprimoramentos.

O senhor Leonardo Mendonça de Oliveira Queiroz, Especialista em Regulação da Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição, representando a Aneel, esclareceu que a interrupção do fornecimento é a principal reclamação. Conforme ele, a Eletroacre está sempre nas últimas posições no ranking de qualidade e prestação de serviços. Destacou que, havendo a violação dos limites de interrupção estabelecidos pela Aneel, a empresa deverá compensar o consumidor por meio de restituições que podem ser conferidas nas contas de energia elétrica, além da aplicação de multas.

O Senhor Joaquim Caldas Rolim de Oliveira, Diretor Presidente da Eletroacre, apresentou os desafios em realizar a manutenção da prestação dos serviços elétricos em um estado que exige um desenvolvimento sustentável, destacando, a baixa densidade demográfica do estado, o elevado percentual de áreas naturais protegidas, o alto índice pluviométrico, bem como a falta de interligação do sistema elétrico no município de Cruzeiro do Sul. Demonstrou as áreas de investimentos da empresa, acrescentando que esta adquiriu uma importante subestação móvel para atender todo o sistema, e que houve uma melhora do tempo médio de atendimento dos serviços emergenciais e das reclamações por interrupção de energia.

Data: 25/06/2015

Tema: **"PROGRAMA AMAZÔNIA CONECTADA"**

(Requerimento nº 22/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Antonio Augusto-CD

O General de Brigada Decílio de Medeiros Sales, do Ministério da Defesa, discorreu acerca da implementação do sistema de comunicação por fibra óptica na região, que utilizará os leitos dos afluentes da bacia amazônica, a partir do qual vários serviços serão disponibilizados para as populações ribeirinhas, os órgãos públicos, unidades de ensino, organizações militares e governamentais. Ressaltou que o projeto piloto, entre os trechos Coari e Tefé, foi lançado em abril do ano de 2015 e encontra-se em processo licitatório no Comando do Exército. Informou, ainda, que para o ano de 2016, está prevista a conclusão de Tefé-Tabatinga, a um custo de cerca de R$ 100 milhões.

O senhor Nelson Simões da Silva, Diretor-Geral da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), destacou sobre a importância do programa para o desenvolvimento da educação e da pesquisa. Segundo ele, é necessário integrar diversas formas de comunicação do Brasil com o mundo para acompanhar as modalidades de intercâmbio de informações.

O senhor Artur Coimbra, Secretário Substituto de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, demonstrou o recente processo de implementação da fibra ótica na Região Amazônica, que beneficiou diversos municípios com o acesso à internet e à telefonia. Destacou que, entretanto, ainda existem 66 municípios na Região Norte que são atendidos apenas por satélite que apresenta uma conexão de má qualidade e onerosa. Mas, com o intuito de melhorar este quadro, ele informa que será lançado, até o final do ano de 2016, o satélite geoestacionário em banda Ka e X. Concluiu afirmando que o programa irá otimizar o custo do serviço e aumentar a qualidade da comunicação.

Senhor Paulo Kapp, Diretor técnico operacional das Telecomunicações Brasileiras (TELEBRÁS), informou que o órgão realizou na Região Norte, de 2011 a 2014, investimentos para construção de rede no valor de R$ 55 milhões. Especificou ainda algumas dificuldades encontradas para a realização de expansão dos serviços na Região Norte e salientou que no programa Amazônia conectada, a Eletrobrás ficará responsável pela manutenção e cooperação das redes, auxiliando as demais empresas envolvidas no projeto.

Antonio Augusto-CD

A Assessora Técnica da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amazonas (SEPLANCTI), senhora Luzia Raquel Queiroz Rodrigues, ressaltou que a infraestrutura atualmente existente tem um elevado custo, impossibilitando o município a arcar com estas despesas. Destacou também que o estado tem implementado projetos de comunicação para viabilizar, de modo mediato, estruturas para que se possa ter acesso á internet em alguns municípios.

Antonio Augusto-CD

"Se você não cuidar da sua integração nacional, regional e global pode estar fora, no futuro, da relevância na geração de conhecimento e isso é o ponto principal porque esse projeto é tão estratégico para as instituições que estão trabalhando com educação e pesquisa na Amazônia."

Diretor-Geral da RNP

Data: 02/07/2015

Tema: **"LEGISLAÇÃO DO TERRA LEGAL NA AMAZÔNIA"**

(Requerimento nº 33/2015, de autoria do Deputado Zé Geraldo).

Lúcio Bernardo Jr.-CD

O senhor Sérgio Lopes, Secretário da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal (SERFAL), do Ministério do Desenvolvimento Agrário, informou que a Amazônia Legal apresenta cerca de 113 milhões de hectares de glebas públicas federais, sendo 58 milhões de hectares com destinação. Apresentou o cenário existente em 2009, ano em que esta discussão iniciou no parlamento: desconhecimento da malha fundiária; alto índice de desmatamento; marco legal insuficiente e desatualizado; e governança precária. Segundo ele, após a Lei 11.952/2009, ocorreram mudanças, como a identificação e assenhoramento das terras públicas da União, ampliação de 100 para até 1.500 hectares de áreas passíveis de regularização, criação de escala diferenciada de preço e possibilidade de desconto para pagamento à vista. Destacou, os avanços ocorridos após o programa Terra Legal, como o reconhecimento do direito dos ocupantes, descentralização das Coordenações Estaduais, georreferenciamento em grande escala e criação da plataforma de gestão – Sigef Geo.

O senhor Francisco Fujita de Castro Melo, assessor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Associativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, discorreu sobre os programas desenvolvidos pelo Ministério na Região Norte, destacando a Produção Orgânica e Extrativismo Orgânico Sustentável, a Indicação Geográfica e o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

O Diretor Substituto do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente discorreu sobre os desafios da implementação do Código Florestal, e afirmou que uma das principais questões é a redução do desmatamento na Amazônia. Salientou que o Ministério está trabalhando com a ocupação da terra e a questão fundiária de forma integral, visando minimizar os efeitos da ocupação. Afirmou, que é necessária uma política de controle eficaz devido ao processo de regularização fundiária, materializando-se no Cadastro Ambiental Rural, que é atualmente a principal ferramenta de auxilio para identificação dos problemas fundiários.

Data: 08/07/2015 (Com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e da Comissão de Minas e Energia)

Tema: **"CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES POR PARTE DO CONSÓRCIO NORTE ENERGIA NA CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE NA BACIA DO XINGU"**

(Requerimentos nºs 37/2015-CINDRA, de autoria dos Deputados Arnaldo Jordy, Beto Salame, Janete Capiberibe, Júlia Marinho, Simone Morgado e Zé Geraldo; 39/2015-CMADS, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy; 39 e 49/2015-CME, de autoria dos Deputados Altineu Cortes, Arnaldo Jordy e Joaquim Passarinho).

Antonio Augusto-CD

Dando início ao debate, o vice-governador do Pará, Zequinha Marinho, salientou que mais de 70% da obra já foi concluída, financiada na sua maior parte com recursos públicos, e que apenas 30% das condicionantes foram cumpridas. Entretanto, o senhor José Anchieta dos Santos, Diretor Socioambiental do Consórcio Norte Energia, garantiu que as condicionantes estão sendo cumpridas, ressaltando que os pouco mais de 15% que ainda não foram cumpridos o serão antes da concessão da licença operacional. Citou ainda, uma série de obras de infraestrutura realizadas nos municípios afetados pela construção da usina, como o investimento de 485 milhões em saneamento básico na região. De acordo com ele, o reassentamento promovido pelo consórcio deslocou 15 mil pessoas que estavam em situação precária e melhorou as condições de vida delas.

A senhora Carolina Piwowarczyk Reis, representante do Instituto Socioambiental (ISA), destacou que a licença para a operação da hidrelétrica não pode ser concedida pelo Ibama sem o saneamento de fato operando, sem o reassentamento de ribeirinhos, sem o reconhecimento dos impactos aos pescadores, e sem o plano integral de proteção das terras indígenas.

O senhor Thomaz Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, ressaltou que está acompanhando o cumprimento das condicionantes por meio de vistorias técnicas e da realização de reuniões públicas com a população da região. Destacou, ainda, que já foram emitidos seis pareceres técnicos sobre o caso, nos quais foi identificada uma série de problemas. Porém, teria havido evolução no atendimento das condicionantes desde 2011. Ele salientou, também, que o último relatório, de abril de 2015, mostrou

que 80% dos programas ambientais estavam adequados. Segundo ele, o Ibama recebe contribuições para a elaboração de um sétimo relatório e não há prazo determinado para a concessão da licença de operação para a hidrelétrica.

O senhor Claudio Curuaia Cambuí, representante do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, acusou o Ibama de não estar participando de reuniões com as comunidades indígenas, ao avaliar o cumprimento de condicionantes. Segundo ele, há uma grande violação de direitos humanos na região de Altamira.

Antonio Augusto-CD

A senhora Thais Santi, Procuradora da República no município de Altamira, apontou que o consórcio não está respeitando a principal condicionante de proteção para os povos indígenas: o plano de proteção das terras indígenas, que teria de ter sido iniciado em 2010 e finalizado em 2012.

Em relação à produção de energia, o senhor Domingos Romeu Andreatta, Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia, ressaltou que a usina de Belo Monte será a maior usina inteiramente em território nacional, responsável por 8,5% da capacidade instalada do País e a terceira maior hidrelétrica do mundo. Para Helvio Neves Guerra, Superintendente de Concessão e Autorizações de Geração da Aneel, a usina é resultado de um pacto social e trará benefícios, como a compensação financeira, por meio do pagamento pelo uso do bem público por parte do consórcio, e seu repasse para os municípios. Ele também considerou o reassentamento populacional como benefício gerado pela hidrelétrica.

"[...] mais de 70% da obra já foi concluída, financiada na sua maior parte com recursos públicos, e apenas 30% das condicionantes foram cumpridas."

Vice-Governador do Estado do Pará

Antonio Augusto-CD

Data: 12/08/2015

Tema: **"ESVAZIAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL E DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NA AMAZÔNIA"**

(Requerimento nº 8/2015, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, subscrito pela Deputada Júlia Marinho e pelos Deputados Alan Rick e Zé Geraldo).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor Antônio Carlos Correia de Lima, Diretor da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, apresentou dados referentes ao Quadro Referencial de Efetivos da SRPRF/PA, demonstrando que este sofreu um esvaziamento que tem comprometido a qualidade operacional dos trabalhos desenvolvidos pela Polícia Rodoviária no Estado do Pará. Ressaltou que o fechamento de Postos da Região, ocorrido exclusivamente pela falta de efetivos, tem contribuído para a falta de fiscalização nas Rodovias em pontos estratégicos, ocasionando uma quebra na qualidade da segurança das rodovias e da fiscalização referente ao transporte de cargas e passageiros.

Destacou, ainda, que a situação das delegacias situadas na extensão das malhas rodoviárias também é crítica, devido ao número inadequado de policiais efetivos para grandes extensões rodoviárias. Os dados levantados na ocasião da reunião também demonstraram que cerca de 200 homens estão sendo preparados no atual curso de formação de policiais, mas nenhum destes estará lotado no Estado do Pará, e que do cadastro reserva do concurso de 2013, dos 766 inscritos, restam 650. Foi destacado que o cadastro se encerra em março de 2016, e que existe um processo para que seja liberada a capacitação destes homens.

Os desdobramentos da reunião foram consolidados no encaminhamento ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ao Ministério da Justiça, de solicitações de estudos e ações para atender às necessidades de: recomposição do efetivo; abertura dos postos de fiscalização que se encontram fechados; e autorização imediata para o curso de capacitação dos concursados do ano de 2013, que se encontram no cadastro reserva.

Data: 19/08/2015

Tema: **"A SITUAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA"**

(Requerimento nº 39/2015, de autoria do Deputado Angelim).

Antonio Augusto-CD

O Reitor da Universidade Federal do Acre, Doutor Minoru Martins Kinpara, discorreu sobre o elevado avanço que as universidades públicas federais obtiveram nos últimos anos em relação ao aumento das ofertas de vagas no campo das pesquisas, na graduação e na pós-graduação, bem como as melhorias na infraestrutura e acesso a bolsas de estudos. Salientou que a Universidade sediou no ano de 2014, a 67ª edição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Informou que os grupos de pesquisa que mais tem se destacado na universidade são aqueles com ênfase nas ciências agrárias com parcerias com outras entidades. Destacou a necessidade da criação de programas, por meio de parcerias, para dar condições aos estudantes de frequentar intuições na própria Região Amazônica, diminuindo a desigualdade existente no país.

A Doutora Márcia Perales Mendes da Silva, Reitora da Universidade Federal do Amazonas, afirmou que para o desenvolvimento sustentável de um país é necessária a articulação dos elementos ciência, tecnologia e inovação, tendo como base e fundamento a educação. Apresentou dados sobre o universo da Amazônia Brasileira e o perfil da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), destacando que dos 1.261 doutores existentes na Região Norte, 59,40% estão na UFAM.

O senhor Luiz Antônio de Oliveira, Vice-Diretor do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), afirmou que a Amazônia apresenta uma biodiversidade de grande interesse internacional em função da necessidade premente de novos produtos de uso comercial e industrial. Ressaltou que para o Instituto prosseguir com as pesquisas e buscas por soluções de problemas na região, é necessário haver mais pesquisadores na área agrária e de ciências biológicas. Apresentou o quadro de servidores e pesquisadores do instituto, destacando que estão sendo formados poucos doutores, pois o ensino básico na região é deficitário.

O Senhor Sérgio Luiz Bessa Luz, Diretor da Fiocruz Amazonas, destacou a importância da produção de conhecimentos científicos que colaborem para o desenvolvimento tecnológico da Amazônia, principalmente na área da saúde, e em estabelecer estratégias para o avanço das pesquisas.

Data: 20/08/2015

Tema: **"A LAVOURA CACAUEIRA NOS ESTADOS DA REGIÃO AMAZÔNICA"**

(Requerimento nº 31/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Anna Cavalcante-PSC

O Diretor da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, senhor Helinton José Rocha, informou que a CEPLAC comemorou 50 anos de serviços prestados na região Amazônica, e que sua missão é o desenvolvimento rural sustentável. Apresentou dados referentes à produção mundial de cacau, onde a África ocupa o primeiro lugar e também o mapa do cacau na Amazônia. Sua exposição demonstrou os riscos da cacauicultura na região, como baixa escala de produção e alto custo de mão-de-obra e como a CEPLAC tem atuado para minimizar a situação e aumentar a agregação de valor do cacau e a exportação.

Senhor Hildegardo de Figueiredo Nunes, Secretário do Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca do Estado do Pará, discorreu sobre Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacauicultura no Pará - PRODECACAU 2011/2019, que visa fazer do Estado do Pará o maior produtor de Cacau do Brasil. Citou as estratégias e as ações que estão sendo desenvolvidas e as áreas de atuação no estado, e também os aspectos socioeconômicos como indicadores de crescimento e sobre os aspectos ambientais.

O Superintendente de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado do Pará, senhor Jay Wallace da Silva e Mota, citou o cacau como uma agricultura sustentável, fazendo uma demonstração das estruturas de pesquisa da CEPLAC e suas unidades de assistência e extensão rural. Citou a produção de cacau no mundo e o apresentou o mapa de produção do cacau no Brasil onde o estado da Bahia ocupou o

primeiro lugar com uma produção de 140.000 toneladas e o Pará com 99.000 toneladas. Discorreu sobre os indicadores da produção no estado do Pará e a avaliação sensorial de amêndoas de cacau comercial.

Por sua vez, o senhor Cacildo Viana da Silva, Superintendente de Desenvolvimento da Região Cacaueira do Estado de Rondônia, apresentou dado do estado de Rondônia e a missão da CEPLAC no estado, visando incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva, agregando valor à produção, fortalecendo a agricultura familiar e ser excelência na sua missão. Informou sobre as parcerias que estão sendo desenvolvidas e sobre as dificuldades existentes com relação ao quadro funcional da CEPLAC no estado que é deficitário e que mesmo assim o estado tem apresentado uma melhora na sua produção com referencia aos anos anteriores.

Produtores cacaueiros presentes, destacaram que apesar das dificuldades enfrentadas, o produtor de Medicilândia está produzindo bem. Segundo eles, o projeto do cacau tem que ser integrado e é preciso uma política de crédito organizada para a obtenção dos recursos.

Lúcio Bernardo Jr.-CD

"Além da vendas comercializadas nos períodos tradicionais (Páscoa, Dias da Mões e Dias dos Namorados), o Brasil possui *know how* ***suficiente para liderar os pontos mais expressivos da cadeia produtiva do cacau. Assim, já é tempo para que um programa audacioso de expansão da cacauicultura nos estados da Região Amazônica seja implementado com a parceria institucional da sociedade civil interessada."***

Deputada Júlia Marinho

Data: 09/09/2015

Tema: "PROJETO DE LEI Nº 532/2015, QUE POSSIBILITA AOS BANCOS COOPERATIVOS E ÀS CONFEDERAÇÕES DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO ADMINISTRAR RECURSOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS"

(Requerimento nº 47/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor José Wanderley Uchoa Barreto, Diretor do Departamento de Prospecção, Normas e Análise de Fundos do Ministério da Integração Nacional, esclareceu que há um parecer técnico, que analisa o PL 532/15 em relação à Constituição Federal e conclui que não há autorização expressa para as cooperativas ou instituições financeiras não oficiais administrarem os fundos constitucionais.

O senhor Ênio Mathias Ferreira, Executivo da Diretoria de Governo do Banco do Brasil, apresentou dados operacionais quanto à administração dos recursos do fundo constitucional, ressaltando que no primeiro semestre de 2015 já foram aplicados o valor de R$ 2,6 bilhões. Informou que há um convênio com alguns bancos parceiros, onde são repassados valores advindos do fundo constitucional para que se possa alcançar o desenvolvimento da região e melhor aplicação desses recursos.

O Diretor do Desenvolvimento Sustentável do Banco do Nordeste, senhor Francisco das Chagas Soares, informou que o banco tem uma gestão eficaz do FNE (fundo de financiamento do Nordeste) houve uma evolução nos atendimentos, cerca de 99% dos municípios. Relatou que o banco detém programas alinhados e específicos para a política de desenvolvimento regional proposto pelo fundo constitucional, ações articuladas com entidades públicas e privadas para a elaboração e aplicação dos recursos do fundo constitucional e que a democratização de acesso ao crédito são essenciais, apoiando as atividades inovadoras e competitivas.

O Senhor Oduval Lobato Neto, Gerente do Banco da Amazônia, demonstrou que nos últimos dois

anos, o fundo constitucional financiou projetos totalizando o montante de R$ 5,4 bilhões, voltados principalmente para projetos em municípios com população de baixa renda e dinâmica de menor renda. Esclareceu também que está em tramitação um convênio entre o banco e o Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB).

O senhor Ênio Meinen, Diretor de Operações do BANCOOB, destacou a importância do sistema cooperativo para a sociedade, uma vez que consegue chegar às populações mais distantes e menos favorecidas, ressaltando que deseja contribuir da melhor maneira para a adequada distribuição dos recursos dos fundos constitucionais. Esclareceu que diante do parecer técnico emitido pelo Ministério da Integração Nacional que entende ser inconstitucional a administração dos fundos constitucionais pelo sistema cooperativo, há outra possibilidade, que seria os bancos cooperativos atuarem como operadores desses recursos através de convênios com os bancos oficiais.

O Presidente da Central Sindical SICREDI, representando a Confederação Nacional das Cooperativas Centrais (UNICREDS) e o Sistema Financeiro Cooperativo (SICOOB), senhor João Carlos Spenthof, destacou que o sistema cooperativo tem o dever de contribuir para levar melhores serviços à população, principalmente às regiões mais remotas, onde o banco oficial não tem agências. Ressaltou que é de extrema importância estabelecer critérios objetivos para autorizar o sistema cooperativo atuar como operador, aumentando assim o fomento das atividades econômicas locais.

"O cooperativismo financeiro quer apenas colaborar para que estes recursos sejam distribuídos da melhor maneira possível, chegando em seu destino de forma rápida e eficaz. Por ser uma instituição local, ninguém melhor do que a cooperativa de crédito para compreender a economia da região e as necessidades da comunidade".

Presidente da Central Sindical SICREDI

Portal do Cooperativismo

Data: 29/09/2015

Tema: **"A SITUAÇÃO ATUAL DO LICENCIAMENTO DA USINA DE SÃO LUIZ DO TAPAJÓS NO ESTADO DO PARÁ"**

(Requerimento nº 24/2015, de autoria da Deputada Júlia Marinho).

Anna Cavalcante-PSC

O Superintendente de Geração da Eletrobrás, senhor Sidney do Lago Júnior, discorreu sobre a situação do licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, esclareceu que o Estudo de Impacto Ambiental encontra-se em fase de esclarecimento técnico, contando com 25 volumes, cerca de 15.000 páginas que será brevemente divulgado ao público para iniciar os debates necessários através de audiências públicas convocadas pelo IBAMA.

O senhor Thomaz Miazaki de Toledo, Diretor de Licenciamento Ambiental/IBAMA, representando o Ministério do Meio Ambiente, informou que estudos estão avançando e o licenciamento está em fase de análise, mas informou que estudos técnicos foram repassados para a Eletronorte, empresa que é conjuntamente responsável por esse licenciamento, e há muito a debater sobre este projeto.

O Diretor Substituto de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, senhor Artur Nobre Mendes, representando a FUNAI, informou que a participação do órgão nestes estudos se dá pelo fato de que as populações indígenas serão afetadas pelo empreendimento no trecho médio de Tapajós. E assim, é papel da FUNAI auxiliar o IBAMA no processo de informação a esta população. Os estudos técnicos ainda estão em andamento, e a população será ouvida, de modo a viabilizar a conclusão da parte que cabe à FUNAI.

Os parlamentares ressaltaram a importância das populações indígenas serem ressarcidas pelos transtornos e perdas que sofrem quando este tipo de empreendimento chega às suas terras, bem como a observância da sustentabilidade ambiental e social para os ribeirinhos, importando em destacar que projetos hidrelétricos são de grande importância para o País, mas os órgãos competentes têm de se aterem às condicionantes que devem ser oferecidas para as populações que são atingidas.

Data: 01/10/2015

Tema: **"A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA BR 163"**

(Requerimento nº 52/2015, de autoria do Deputado Zé Geraldo).

Anna Cavalcante-PSC

A Superintendente Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/Terra Legal, senhora Silvana Canuto Medeiros, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresentou dados referentes às regularizações fundiárias e como se dá o seu procedimento.

O senhor Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, ressaltou que a dificuldade encontra-se no âmbito legal, uma vez que a legislação que trata da regularização fundiária é antiga e tornou-se inócua, e mesmo diante de alguns regulamentos emitidos pelos órgãos competentes, não são suficientes para dar eficiência ao processo de regularização fundiária.

A senhora Patrícia da Silva, Coordenadora Geral de Consolidação Territorial da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação, representando o Instituto Chico Mendes (ICMBio), esclareceu que está sob sua responsabilidade as unidades de conservação federais, que das 320 unidades, 262 já estão em processo de regularização, e que as demandas de desafetação estão em discussão nos ministérios competentes.

Por sua vez, a Diretora do Departamento de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, senhora Maria Thereza Ferreira Teixeira, representando o Ministério da Integração Nacional, manifestou-se no sentido de esclarecer que a Secretaria de Desenvolvimento Regional estabeleceu um plano específico de desenvolvimento da BR 163, com estratégias estruturantes vinculando a SUDAM e a SUDECO. Na área de regularização fundiária, diversos avanços foram realizados, como a implementação do Terra Legal, os processos de regularização das terras indígenas, as ações de combate ao desmatamento ilegal, a consolidação das unidades de conservação e também os processos de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento. Finalizou a exposição, demonstrando que os desafios para solucionar a regularização fundiária também dependem de uma atuação das casas legislativas, tanto no âmbito federal quanto estadual, e da capacitação dos governos estaduais e municipais para estabelecer um planejamento territorial e fiscalizatório de forma colaborativa e eficiente.

Data: 07/10/2015

Tema: **"O CONFLITO AMBIENTAL E FUNDIÁRIO NO PROJETO JARI"**

(Requerimento nº 38/2015, de autoria do Deputado Zé Geraldo).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor Paulo Vinicius Braga Marinho, Coordenador de Uso Sustentável dos Recursos Florestais do IBAMA, representando o Ministério do Meio Ambiente, informou que a "Operação Gênesis" lavrou quatro autos de infração em desfavor da empresa Jari Celulose, em virtude das irregularidades verificadas no plano de manejo de Santarém, esclareceu ainda que há mais dois planos de manejo embargados.

A senhora Tátilla Passos Brito, Procuradora-Chefe da Procuradoria Jurídica do ITERPA, esclareceu que realizou um estudo para mapear a real propriedade da empresa Jari, sendo que já há duas estratégias balizadas para verificar a documentação e o georreferenciamento desta área. Ocorre que, necessário se faz que a empresa colabore com o trabalho de regularização, para que possa também regularizar as terras da população.

O senhor Magnandes Costa Cardoso, representando a Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais e Extrativistas (APROMOVA), informou que a empresa Jari possuía um Plano Operacional Anual (POA), mas constataram-se invasões em áreas particulares, sofrendo intervenção pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), expôs também que estava ocorrendo a extração irregular de madeira, pois a licença da empresa havia sido suspensa pela Ibama, fazendo menção a um processo aberto em 2011 pelo Ministério Público Federal, que apurava a irregularidade da certidão apresentada pela empresa quando houve a aprovação de dois POA's. Finalizou sua fala esclarecendo que diante destas informações, a empresa Jari instituiu uma empresa de "fachada", codinome Jacel, que continuou a exploração madeiral, prejudicando toda a comunidade.

O Vice-Prefeito de Almeirim/PA, senhor Oracy Miranda, destacou que todo o empreendimento desenvolvido pela Jari está sem o alvará de licenciamento do munícipio, desta forma os órgãos competentes não podem emitir qualquer licença permissiva.

O representante da Associação Comercial do Distrito de Monte Dourado, senhor Jorrimar Câmara Serra, fez um apelo para que tratem da questão fundiária e econômica, pois em sua região não existe qualquer fiscalização por parte dos órgãos competentes.

Data: 21/10/2015 (Com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Tema: **"PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 192, DE 5 DE OUTUBRO DE 2015 (SUSPENSÃO 120 DIAS DO SEGURO DEFESO)"**

(Requerimentos nºs 64/2015-CINDRA, de autoria do Deputado Silas Câmara, subscrito pelas Deputadas Júlia Marinho e Simone Morgado e pelo Deputado Cacá Leão, e 85/2015-CMADS, de autoria do Deputado Carlos Gomes).

Anna Cavalcante-PSC

O senhor Ugo Vercillo, Diretor de Biodiversidade Aquática, Mar e Antártica, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, representando o Ministério do Meio Ambiente, esclareceu sobre os processos para conservação e uso sustentável das espécies aquáticas, bem como funciona a fiscalização. Explanou sobre o estudo de avaliação realizado de 2009 a 2014 para identificação de todas as espécies presentes na fauna marinha, para identificar quais as espécies estão em extinção, visando à conservação de algumas espécies.

Destacou, ainda, que há necessidade de revisão de vários períodos defesos, pois estão em vigência atos normativos editados desde a década de oitenta, necessitando de uma norma mais atual diante dos estudos mais recentes realizados. Ademais, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca e Aquicultura devem estabelecer, a partir do Decreto 8.424/2015, diretrizes para a existência da pesca alternativa, adequando tais períodos com o intuito de proteger as espécies. Assim, esclareceu o representante do Ministério do Meio Ambiente, que novembro foi eleito o mês que melhor atenderia aos critérios científicos apresentados.

Lucas Silva-Amazonas Atual

O Chefe de Divisão e Padronização de Procedimentos e Métodos do atendimento do INSS, senhor João Paulo dos Santos da Silva, representando o Ministério do Trabalho e Previdência Social, informou que a competência do Ministério é operacionalizar o cadastramento e pagamento do benefício seguro defeso para o pescador. Informou que os atendimentos prestados ao pescador artesanal, não serão prejudicados, uma vez que a competência do órgão é operacional. Segundo ele, o recadastramento fortalece, desburocratiza e qualifica o trabalho do INSS.

Senhor Marcio Borges, Diretor do Departamento de Emprego e Salário da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, representando o Ministério do Trabalho e Previdência Social, esclareceu que compete ao ministério, além de operacionalizar o atendimento, pagar o benefício do seguro defeso aos pescadores que ficam impedidos de pescar diante do período de reprodução e desova das espécies. Esclareceu que não é de competência da pasta do trabalho e da previdência definir quem é este beneficiário, mas sim do Ministério da Pesca, assim, está definido que receberá o seguro defeso o pescador que for identificado como pescador artesanal que esteja em período defeso, não podendo exercer a sua atividade, logo, se não há período defeso, não há o pagamento do seguro defeso.

O senhor Orlando Lobato, Secretario de assuntos jurídicos e institucionais da Confederação Nacional da Pesca esclareceu que esta portaria é um ato de total erro do governo, sem base técnica e deve ser considerada como um crime ambiental, pois em novembro é o mês de reprodução e desova das espécies, e não é a partir de uma portaria que este ciclo irá se alterar.

Lucas Silva-Amazonas Atual

"O governo federal está levando em conta apenas os cortes que tem de fazer para economizar recursos, mas se esquece de que esses pescadores necessitam do auxílio para a própria sobrevivência. Só no estado do Amazonas, temos 93 mil beneficiários que já começariam a receber o auxílio no próximo mês."

Deputado Silas Câmara

Data: 04/11/2015

Tema: **"OS INVESTIMENTOS EM TELEFONIA MÓVEL NA AMAZÔNIA"**

(Requerimento nº 50/2015, de autoria da Deputada Julia Marinho, subscrito pelos Deputados Alan Rick e Zé Geraldo).

Luis Macedo-CD

O senhor Vinicius Caram, Gerente de Controle de Obrigações de Qualidade da Anatel, esclareceu que o compromisso regulamentar das operadoras de telefonia móvel deve abarcar 80% das áreas urbanas dos municípios. São perceptíveis as dificuldades das empresas em alcançar as populações mais distantes como vilas, vilarejos e distritos. É necessário investimentos para que estas comunidades sejam atendidas, contudo, este não é o único problema, pois devido a clima e fatores externos, mais do que investimentos na compra de torres, a manutenção destes serviços se torna ainda mais oneroso. Informou que vários TAC's (termos de ajustes de condutas) estão sendo realizados, diante das multas que foram aplicadas às operadoras por diversos motivos, e que todo o valor será convertido em investimentos no setor de telefonia móvel.

O Diretor de Relações Institucionais da empresa de telefonia móvel da Tim Brasil, senhor Leandro Guerra, informou que a conectividade na Região Amazônica é um grande desafio, mas que a Tim tem uma contribuição significativa no setor. Informou ser a 2ª maior operadora móvel e líder tanto no segmento pré-pago quanto na cobertura 4G, oferecendo a cobertura de aproximadamente 3.500 municípios e 95% da população urbana brasileira. Ressaltou que a maior dificuldade na Região Norte não é a instalação de torres, mas sim, a manutenção destas. As distâncias e o clima predominante são dois desafios para que se possa pensar em um serviço de qualidade. Salientou a necessidade de políticas públicas por parte do estado para viabilizar o acesso a todos, e isto exige atuação em conjunto com as empresas de telefonia, incentivos fiscais e leis que modifiquem a atual situação deste setor.

O senhor Marcos Mesquita, Diretor de Relações Institucionais da empresa de telefonia móvel Oi, informou que a Companhia está presente em todos os

estados brasileiros. Destinou parte de seus recursos para expansão da rede móvel banda larga na Região Norte, nos anos de 2014 e 2015 foram investidos R$ 15 milhões em Roraima, R$ 15 milhões no Amapá, R$ 55 milhões no Amazonas, e no Pará, entre 2013 a 2015, foram aplicados R$ 270 milhões. Houve a ampliação da estrutura com abertura de três novas rotas de fibra ótica distinta, partindo de Manaus rumo aos estados do Acre, Roraima e Pará. Citou a elevada carga tributária para estes serviços, e todo o investimento que se faça, onera excessivamente o consumidor.

Luis Macedo-CD

Por sua vez, o senhor Fábio Augusto Andrade, Diretor de Relações Institucionais da empresa de telefonia móvel Claro, esclareceu que apesar das dificuldades que a região apresenta, a Claro tem se mantido presente, conseguindo atender as metas da Anatel. Registrou que ações externas, como por exemplo, furto de energia, furtos de cabos dificultam ainda mais o fornecimento de serviços de qualidade.

O senhor Enylson Flávio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da empresa de telefonia móvel Vivo, informou haver mais de 8 milhões de clientes em sua base, a cobertura em 258 Municípios na Região Norte, 192 Municípios com tecnologia 3G, 8 Municípios com tecnologia 4G. Destacou o avanço na prestação de serviços e a realização de mudanças e investimentos em todos os estados da Amazônia. A empresa Vivo participa do Programa Amazônia Conectada firmando seu compromisso com os Estados participando do desenvolvimento da Região Norte. Falou sobre os desafios que comprometem a qualidade da rede e os investimentos como, roubo de Cabos e tributos. O Brasil é um dos países com a maior carga tributária sobre os serviços de telecomunicações, cerca de 43,16% sobre a receita líquida.

Data: 10/11/2015

Tema: **"A INTERDIÇÃO DAS OBRAS DA BR 319"**

(Requerimentos nºs 23/2015, de autoria da Deputada Julia Marinho, e 65/2015, de autoria do Deputado Silas Câmara, subscrito pelos Deputados Alan Rick e Zé Geraldo).

Luis Macedo-CD

O Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), senhor Valter Casimiro Silveira, falou sobre as características da BR-319/AM/RO, informando que essa possui 877,40 km (859,5 km no AM e 17,90 km no RO), e que há segmentos licenciados pelo IBAMA e segmentos não licenciados, conhecido como "Trecho do Meio", com extensão de 405,70 quilômetros de via. Esclareceu que recebeu do IBAMA um relatório, que expediu um termo de embargo das obras, por estar configurada como obra de construção e não manutenção, como fora licenciada. O DNIT forneceu um parecer que levou o Ibama a suspender este termo de embargo, contudo, a obra foi embargada judicialmente.

A senhora Larissa Carolina Amorim dos Santos, Coordenadora de Transporte da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, esclareceu que os embargos realizados já foram suspensos, e que não há nenhuma intervenção por parte deste órgão nas obras da BR 319, há somente embargo judicial.

O Prefeito do Município de Humaitá, senhor José Cidenei Lobo Nascimento, destacou a importância desta BR para a região, e que há 40 anos a população aguarda a finalização desta obra. Cerca de quatro milhões de pessoas vivem isoladas e sofrem com a dificuldade de locomoção, pois a via terrestre é inviável. Citou que em 2009, foi criado um Comitê gestor com a cooperação do Exército e ICMBio, porém não houve avanço. Segundo ele, se o Estado brasileiro fizer sua parte na realização da obra, esta região sairá do isolamento socioeconômico e favorecerá o desenvolvimento, principalmente a educação e a saúde.

Data: 26/11/2015

Tema: **"AS DIFICULDADES QUE O SETOR DE TURISMO VEM ENFRENTANDO NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA"**

(Requerimento nº 62/2015, de autoria da Deputada Simone Morgado, subscrito pelo Deputado Silas Câmara).

Mariana Mello-CD

O Deputado Herculano Passos, Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Turismo citou as dificuldades do setor de turismo que abrangem desde mão de obra a recursos econômicos.

O senhor Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur), requereu o fortalecimento das parcerias e o estabelecimento de metas de investimento, destacando que o setor de turismo pode contribuir muito para a Amazônia.

O senhor Junior Coimbra, Secretário Nacional de Políticas de Turismo, representando o Ministério do Turismo, destacou que os jogos olímpicos devem fomentar o setor turístico e está à disposição para debater ideias e projetos que possam engrandecer o turismo na Amazônia e em todo o Brasil.

O Secretário de Turismo do Estado do Pará, senhor Adenauer Góes, ressaltou a importância da Confederação Nacional do Turismo para a Amazônia, apresentou dados que modelam o setor turístico, e programas que são estruturantes e que viabilizam o planejamento e desenvolvimento do turismo no estado do Pará. Esclareceu que a Região Amazônica não recebe investimentos necessários para implantar um programa que abarque todos os recursos que a região pode oferecer.

O senhor Rogério Teixeira Coimbra, Secretário de Política Regulatória de Aviação Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, esclareceu que é de interesse desta pasta fomentar o desenvolvimento desta região e que já são objeto de estudos de viabilidade técnica condições mais favoráveis de acordo com a legislação, para a execução de projetos que preveem em torno de 270 aeroportos em todo o Brasil, sendo 88 na Região Norte.

O Secretário de Estado do Turismo no Pará, senhor Adenauer Góes, destacou que a Amazônia deve ser tratada de forma diferenciada, no sentido de oferecer propostas viáveis e sustentáveis para esta região, que deve ser uma política federal, do executivo e do legislativo. É possível verificar a discrepância dos recursos investidos na Amazônia e em outras regiões, bem como o trabalho de promoção da Amazônia em eventos internacionais.

Data: 02/12/2015

Tema: **"A POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL"**

(Requerimento nº 56/2015, de autoria do Deputado Leo de Brito).

Elza Figueiredo-CD

O Presidente da FUNAI, senhor João Pedro Gonçalves da Costa, apresentou dados sobre a legislação que visa à proteção do indigenismo no Brasil, bem como as convenções internacionais em que o Brasil é signatário. Deu ênfase à Convenção nº 169 que trata sobre os povos indígenas, pois tem o condão de valorizar os povos mais antigos e deve ser valorizado. No Brasil, os povos indígenas são detentores de programas que beneficiam essa população, com o intuito de levar o desenvolvimento sem descaracterizar a sua etnia, o que se denomina, etnodesenvolvimento.

Destacou, também, que grande parcela de terras indígenas estão conservadas, bem como o ultimo dado do censo, realizado em 2010, identificou cerca de 896 mil indígenas no Brasil. Esclareceu que a Constituição de 1988 deu uma autonomia ao povo indígena, devendo desenvolver-se uma relação de respeito e conservação dos povos indígenas, bem como a conservação de suas terras, contra o desmatamento. Encerrou sua exposição esclarecendo que não se pode pensar em nação brasileira sem falar na população indígena, e que o papel da sociedade é garantir que existam políticas públicas que efetivem direitos e garantias dos povos indígenas.

Representantes indígenas relataram a indignação dos povos indígenas quanto à concessão da licença para o funcionamento da Usina de Belo Monte sem que as condicionantes fossem cumpridas. O presidente da FUNAI esclareceu que é militante pró-indígena, e que o papel da FUNAI será sempre proteger os interesses da população indígena.

"[...] não se pode pensar em Nação Brasileira sem falar na população indígena, bem como o papel da sociedade é de garantir que existam políticas públicas que efetivem direitos e garantias dos povos indígenas."

Presidente da FUNAI

Data: 10/12/2015 (Conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Minas e Energia)

Tema: **"O ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SÃO LUIZ DO TAPAJÓS, EM FACE DO PARECER TÉCNICO ELABORADO PELA COMISSÃO ESPECIAL CONSTITUÍDA PELA PREFEITURA DE ITAITUBA-PA"**

(Requerimentos nºs 74/2015-CMADS, de autoria dos Deputados Átila Lira, Arnaldo Jordy e Edmilson Rodrigues, 69/2015-CINDRA e 81/2015-CME, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy).

Julia Moraes-Greenpeace

O senhor Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Estado da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, esclareceu que o Estado está atento aos empreendimentos e ao quanto estes influenciam em toda a sociedade civil, gerando impactos principalmente nas pequenas comunidades indígenas, como na região do Tapajós.

O Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaituba/PA, senhor Hilario Vasconcelos Rocha, fez menção ao relatório da Comissão Especial criada pela prefeitura sobre a viabilidade técnica socioeconômica e ambiental deste empreendimento. Segundo ele, os dados utilizados para a contagem da população não é real, e no parecer constam diversas consequências ambientais, econômicas e culturais caso a usina seja construída.

A senhora Regina Coeli Generino, Coordenadora Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica da Diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama, informou que o estudo de impacto ambiental foi elaborado pela CNEC Worley Parsons Engenharia S/A, e o relatório especifica as áreas que serão afetadas, houve a redefinição das áreas de preservação determinadas pelo Ibama. Foi apresentado ao Ibama um relatório elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente do Município de

Itaituba/PA que será utilizado nos estudos que avaliam a possibilidade de concessão da licença fornecida pelo Órgão.

A chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental da Secretaria Executiva, representando o Ministério de Minas e Energia, apresentou dados referentes à proposta do empreendimento da usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, e ressaltou que o estudo de viabilidade técnica socioeconômica e ambiental está em andamento, aguardando o parecer do Ibama, bem como da FUNAI a respeito da população indígena que será afetada.

Julia Moraes-Greenpeace

O Procurador da República da 1º Região, senhor Felício Pontes Júnior, informou que os estudos ambientais e socioeconômicos, no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas, não condizem com a realidade. A população está sendo gravemente afetada e não há um estudo com informações primárias e fidedignas para análise da viabilidade deste empreendimento, uma vez que terá consequências devastadoras e danos irreparáveis a esta comunidade.

O senhor Adalto Akay Munduruku, Líder dos Guerreiros do Povo Munduruku, relatou que o seu povo será dizimado com um empreendimento como esse, pois traz às comunidades indígenas doenças, falta de alimentos, destruição de florestas e o habitat de toda a comunidade.

"Não queremos a barragem no Tapajós porque não vai trazer nada de bom para nós. Vamos perder tudo, inclusive territórios sagrados. Onde nossos espíritos vão descansar? O rio Tapajós vai ficar sujo, vai trazer peixe contaminado. Estou dizendo porque já vi isso acontecer no rio Madeira."

Líder dos Guerreiros do Povo Mundukuru

Data: 15/12/2015 (Com a participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável)

Tema: **"IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS PRODUZIDOS NO POLO INDUSTRIAL DE BARCARENA, EM ESPECIAL PELO NAUFRÁGIO OCORRIDO NO CAIS DO PORTO DE VILA DO CONDE, MUNICÍPIO DE BARCARENA, NO PARÁ, COM O NAVIO QUE ESTAVA ATRACADO, FINALIZANDO O EMBARQUE DE CINCO MIL BOIS VIVOS QUE SEGUIRIAM PARA O EXTERIOR"**

(Requerimento nº 77/2015, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy)

Alex Ferreira-CD

O Promotor de Justiça, senhor José Godofredo Pires dos Santos, representando o Ministério Público do Pará, informou que não devemos buscar na responsabilização penal as ações que são cometidas em desrespeito às regras ambientais, pois elas não solucionam, nem reparam os graves danos que vêm acarretando a toda à sociedade civil. Quanto ao naufrágio ocorrido no cais do porto, o Ministério Público ajuizou ação com pedidos de tutelas emergenciais contra os responsáveis, uma vez que infringiu gravemente a legislação ambiental e os direitos dos moradores daquela comunidade.

O senhor Anginaldo Oliveira Vieira, Defensor Público da Defensoria Pública da União no Pará, destacou que o acidente trouxe graves danos ambientais e civis e uma grande preocupação pela falta de solução mediata para atender a população afetada, pois até a data de realização da audiência pública, a população se encontrava desamparada pelos prejuízos que foram causados.

Senhor Olívio Antônio Palheta Gomes, Gerente Ambiental da Companhia de Docas do Pará (CDP), esclareceu que a Companhia opera cargas vivas, conforme resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e esta é a primeira vez que ocorreu este tipo de acidente, uma situação anômala a todos os procedimentos adotados.

A CDP realizou a limpeza, porém os animais já estavam em putrefação. Houve assistência às famílias com cestas básicas, por meio de dados fornecidos pelo Ministério Público, dentre outras ações. A companhia está aguardando a empresa licitada para retirar a embarcação do fundo do rio.

O Secretário Adjunto de Gestão de Regularidade Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará, senhor Thales Samuel Matos Belos, informou que foram enviados técnicos para avaliar o local, notificadas as empresas responsáveis pelo dano causado em nível de saúde pública e aplicadas multas diárias pelo descumprimento dos atos determinados pelo Estado.

Publicação-Blog Jordy Notícias

O representante do Instituto Barcarena Sócio Ambiental (IBS), senhor Jorge Paulo Vieira Feitosa, informou que os acidentes ambientais têm sido corriqueiros na região, inviabilizando a sobrevivência da população, que está impedida de pescar, de utilizar a água dos rios e de levar alimentos à sua mesa. A legislação é falha e tem castigado a população que está de mãos atadas frente ao poder dos empresários.

O senhor Rosemiro Conceição dos Santos, Presidente da associação Amigos do Bairro Industrial (AABI), declarou que o governo, juntamente com o Ministério Público, assinou um TAC para viabilizar a retirada das comunidades adjacentes prejudicadas pelo acidente, cerceando o direito de moradia da população.

"Solicitamos a indisponibilidade dos bens das empresas envolvidas (dono do barco, armadora, exportadora e operadora portuária), bem como o bloqueio das contas destas empresas no Brasil, para dirimir os impactos e garantir as medidas adotadas."

Promotor de Justiça do Estao do Pará

OUTROS EVENTOS

MESA-REDONDA

Data: 05/03/2015

Tema: **"PREJUÍZOS CAUSADOS NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA OFERECIDO PELA CONCESSIONÁRIA CELPA"**

(Requerimento nº 482/2014, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy).

Local: Auditório Ismael Nery-CENTUR, Belém (PA).

Convidados:

• Joana Coutinho - Promotora dos Direitos do Consumidor do Ministério Público do estado do Pará;

• Roberto Sena - Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioe conômicos (Dieese);

• Raimundo Albuquerque - Representante da Comissão dos Direitos do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA);

• Mauro Chaves - Diretor da Celpa Equatorial;

• Eduardo Costa - Presidente da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (Fapespa);

• Jorge Rezende - Representante do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro);

• Celso Sabino - Deputado Estadual, representando o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

• Arliane Corrêa - Representante do Procon-PA;

• Ronaldo Romeiro – Representante do Sindicato dos Urbanitários do Pará.

MESA-REDONDA

Data: 29/05/2015

Tema: **"ATRASO DAS CONDICIONANTES DO PROJETO DE BELO MONTE, FIRMADAS PELO CONSÓRCIO NORTE ENERGIA COM O PODER PÚBLICO, FRENTE ÀS NOVAS DENÚNCIAS DE PAGAMENTO DE PROPINA, DELATADAS NA OPERAÇÃO LAVA JATO"**

(Requerimento nº 7/2015, de autoria do Deputado Arnaldo Jordy, subscrito pela Deputada Júlia Marinho).

Publicação Gab. Dep. Aranaldo Jordy

Local: Auditório Petrini Girardeli da Universidade Federal do Pará, Campus Altamira-PA.

Convidados:

- Cláudio Luiz dos Santos - Defensor-Chefe da Defensoria Pública da União do Pará;
- Ricardo de Sousa Barboza - Vice-Presidente da OAB, Subseção Altamira-PA;
- Antônia Melo - Coordenadora do Comitê do Movimento Xingu Vivo para Sempre;
- Carolina Piwowarczyk Reis - Instituto Socioambiental (ISA).

MESA-REDONDA

Data: 23/10/2015

Tema: "**AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DA REGIÃO DO JURUÁ, NO ESTADO DO ACRE"**

(Requerimento nº 54/2015, de autoria do Deputado Leo de Brito).

Antonio Fernandes-CD

Local: Auditório da Faculdade IEVAL, Cruzeiro do Sul-AC

Convidados:

• Rachel Araujo Moreira Lopes Coelho – Representante da Secretaria de Estado de Turismo e Lazer do Acre;

• Rachel Dourado da Silva - Membro do Conselho Estadual de Turismo do Acre;

• Janete Frank - Presidente da Associação Brasileira de Agência de Viagens (ABAV-AC).

MESA-REDONDA

Data: 05/12/2015

Tema: **“A LOGÍSTICA E OUTRAS DEMANDAS SOBRE AS OBRAS DA BR-163”**

(Requerimento nº 74/2015, de autoria do Deputado Nilson Leitão, subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy).

Herbet de Souza-Só Notícias

Local: Câmara dos Vereadores do Município de Sinop-MT.

Convidados:

- Carlos Fávaro - Vice-Governador de Mato Grosso;
- Marcelo Duarte - Secretário - Secretaria de Infraestrutura e Logística (SINFRA-MT);
- Flávia Cristina Tavares Torres - Procuradora da República no Município de Sinop-MT;
- Luciano Chitolina - Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), representante da Associação Comercial e Empresarial de Sinop.

VISITA

Data: 08/10/2015

Local: Hospital do Câncer de Barretos-SP (Hospital Infantojuvenil, Centro de Prevenção e Centro de Pesquisa).

Objetivo: Conhecimento das estruturas do hospital, instalações, processos gerenciais no que tange aos aspectos assistenciais de saúde na prestação de serviços, com ênfase na humanização ao paciente do Sistema Único de Saúde em prevenção, diagnóstico, tratamento, ensino e pesquisa em oncologia.

(Requerimento nº 61/2015, de autoria da Deputada Marinha Raupp).

Participantes:

- Deputado Eduardo Cunha, Presidente da Câmara;
- Deputada Marinha Raupp;
- Deputada Jéssica Sales;
- Deputada Carmem Zanoto;
- Deputada Soraya Santos;
- Deputada Simone Morgado;
- Deputada Maria Helena;
- Deputado Hiran Gonçalves;
- Deputado Antônio Jácome;
- Deputado Sérgio Reis;
- Deputado Leandre;
- Deputado Baleia Rossi;
- Deputado Dr. Sinval Malheiros;
- Deputado Geraldo Resende;
- Deputado Raquel Muniz;
- Deputado Felipe Bornier;
- Senador Valdir Raupp.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

APROVADAS

Em 25.03.2015

PROJETO DE LEI Nº 4.159/2012 - Pauderney Avelino (DEM-AM)

Altera a redação do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para o revigoramento do centro comercial da Zona Franca de Manaus, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967".

Apensado: PL 6.310/2013.

Relator: Deputado Francisco Praciano (PT-AM).

Designado Relator Substituto, Deputado Alan Rick (PRB-AC).

Parecer do Relator, Deputado Alan Rick (PRB-AC), pela aprovação deste e do PL 6.310/2013, apensado, com Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 6.310/2013 - Plínio Valério (PSDB-AM)

Acrescenta o art. 14-B ao art. 14 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

Apensado ao PL 4.159/2012.

Em 08.04.2015

PROJETO DE LEI Nº 2.742/2003 - Luis Carlos Heinze (PP-RS)

Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Altera a Lei n° 4.947, de 1966.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Parecer: pela **aprovação** da EMS 2742/2003.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 06.05.2015

PROJETO DE LEI Nº 7.636/2014 - Alfredo Kaefer (PSDB-PR)

Altera a redação dos arts. 21, 61 e 83; acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao texto do art. 80 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que "dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências".

Explicação da Ementa: Regula a exploração e a fiscalização dos royalties da atividade de produção de gás e petróleo de xisto betuminoso. Revoga as Leis nºs 2.004, de 1953; 7.453, de 1985 e 7.525, de 1986.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado o Parecer do Relator, contra o voto da Deputada Professora Marcivania.

PROJETO DE LEI Nº 533/2015 – Dagoberto (PDT-MS)

Cria Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Corumbá e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI).

Parecer: pela **aprovação**, com Emenda.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 20.05.2015

PROJETO DE LEI Nº 8.228/2014 - Rogério Peninha Mendonça (PMDB-SC)

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que "cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem nas regiões que especifica", para estender o Benefício Garantia-Safra aos municípios localizados na Região Sul, e dá outras providências.

Relator: Deputado Cacá Leão (PP-BA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 27.05.2015

PROJETO DE LEI Nº 291/2015 - Valmir Assunção (PT-BA)

Estabelece a obrigatoriedade de repasses automáticos de recursos da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações locais para recuperação das áreas atingidas por desastre natural.

Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 12.340, de 2010.

Relator: Deputado Zeca Cavalcanti (PTB-PE).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 10.06.2015

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51/2015 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (MSC 348/2014)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.

Relator: Deputado Angelim (PT-AC).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 180/2015 - Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)

Dispõe sobre a criação da Área de Livre Comércio de São Luís e dá outras providências.

Relator: Deputado Beto Salame (PROS-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 759/2015 - André Fufuca (PEN-MA)

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Município de Rosário, Estado do Maranhão.

Relatora: Deputada Simone Morgado (PMDB-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 01.07.2015

PROJETO DE LEI Nº 999/2015 - Valadares Filho (PSB-SE)

Acrescenta dispositivo à Lei 12.873, de 24 de outubro de 2013, para perfuração de poços comunitários em comunidades rurais de baixa renda.

Relator: Deputado Domingos Neto (PMB-CE).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 1.139/2015 - Sarney Filho (PV-MA)

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 05.08.2015

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19/2015 - Nilson Leitão (PSDB-MT)

Susta a aplicação dos artigos 6º, 7º, 19, 20, 31, 33 e 36 da Portaria nº 80 do Ministério do Desenvolvimento Agrário e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Trata de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Relator: Deputado Francisco Chapadinha (PSD-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 118/2015 - Adilton Sachetti (PSB-MT)

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), dos projetos de engenharia e dos demais estudos ambientais, na hidrovia do Rio Paraguai, localizada no trecho da foz rio Apa, no Estado do Mato Grosso do Sul, até a cidade de Cáceres, no Estado do Mato Grosso.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 483/2015 - Adail Carneiro (PHS-CE)

Dispõe sobre os usos a serem priorizados para as águas oriundas da transposição do Rio São Francisco nos Estados da Região Nordeste.

Relator: Deputado Vitor Valim (PMDB-CE).

Parecer: pela **aprovação**, com Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 15/2015 - Arnaldo Jordy (PPS-PA)

Propõe que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria no instrumento de aditamento contratual entre o BNDES e a Norte Energia S.A, que alterou datas do cronograma de entregas do empreendimento.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Relatório Prévio: pela **implementação.**

Aprovado por unanimidade o Relatório Prévio.

Em 26.08.2015

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 119/2015 - Adilton Sachetti (PSB-MT)

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), dos projetos de engenharia e dos demais estudos ambientais, na hidrovia do Rio Tapajós, localizada no trecho da sua foz, no Rio Amazonas, no Estado do Pará, até a confluência dos Rios Juruena e Teles Pires, na divisa dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, na hidrovia do Rio Teles Pires, localizada entre a confluência com o Rio Juruena, no Estado do Pará, até a foz do Rio Verde, no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso, e na hidrovia do Rio Juruena, localizada entre a confluência com o Rio Teles Pires, no Estado do Pará, até o Município de Juína, no Estado do Mato Grosso.

Relatora: Deputada Maria Helena (PSB-RR).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 120/2015 - Adilton Sachetti (PSB-MT)

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), dos projetos de engenharia e dos demais estudos ambientais, na hidrovia do Rio Tocantins, localizada no trecho da sua foz, no Estado do Pará, até o Lago da Barragem de Serra da Mesa, na confluência com o Rio Tocantizinho, no Estado de Goiás, na hidrovia do Rio Araguaia, localizada no trecho da sua foz, no Rio Tocantins, no Estado do Pará, até a foz do Ribeirão Guariroba, no Estado de Goiás e na hidrovia do Rio das Mortes, localizada na foz do Rio Araguaia, no Estado do Mato Grosso, até Nova Xavantina, no Estado do Mato Grosso.

Relatora: Deputada Maria Helena (PSB-RR).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 5.760/2013 - Senado Federal - Vanessa Grazziotin - (PLS 185/2011)

Cria o 'Selo Verde Preservação da Amazônia' para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus e de Zonas de Processamento de Exportação e Áreas de Livre Comércio localizadas na Amazônia Legal.

Relator: Deputado Angelim (PT-AC).

Parecer: pela **aprovação**, com Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 02.09.2015

PROJETO DE LEI Nº 1.344/2015 - Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)

Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região do Cantão (Funcantão) e dá outras providências.

Relatora: Deputada Júlia Marinho (PSC-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer com complementação de voto.

PROJETO DE LEI Nº 1.345/2015 - Carlos Henrique Gaguim (PMDB-TO)

Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região do Jalapão (Funjalapão) e dá outras providências.

Relatora: Deputada Simone Morgado (PMDB-PA).

Parecer: pela **aprovação**, com Emenda.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 23.09.2015

PROJETO DE LEI Nº 8.312/2014 - Diego Andrade (PSD-MG)

Altera a Lei n.º 10.233, de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Estabelece regras para prestação do serviço de balsas utilizadas para transportar passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia.

Relator: Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

Parecer: pela **aprovação**, com Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 612/2015 - Rômulo Gouveia (PSD-PB)

Dispõe sobre a contratação de energia elétrica proveniente da fonte solar em instalações geradoras situadas na região Nordeste.

Relator: Deputado Cacá Leão (PP-BA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 1.710/2015 - Tia Eron (PRB-BA)

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras.

Relator: Deputado Cacá Leão (PP-BA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 14.10.2015

PROJETO DE LEI Nº 1.863/2015 – Macedo (PSL-CE)

Altera o art. 16 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, que "dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)".

Explicação da Ementa: Aumenta o percentual de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) destinado às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Relator: Deputado Alan Rick (PRB-AC).

Parecer: pela **aprovação**, com Substitutivo.

Aprovado Parecer com Substitutivo.

Em 28.10.2015

PROJETO DE LEI Nº 2.918/2015 - Silas Câmara (PSD-AM)

Altera o artigo 2º do Decreto Lei nº 288, de 28 fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei n. 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus.

Relator: Deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 154/2015 - Miguel Haddad (PSDB-SP)

Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá dispor sobre previsão de destinação de recursos para prevenção e combate a desastres naturais e incêndios.

Relator: Deputado Alan Rick (PRB-AC).

Parecer: pela **aprovação**, com Emenda.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 11.11.2015

PROJETO DE LEI Nº 332/2015 - Hélio Leite (DEM-PA)

Altera a Medida Provisória nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001, que cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extingue a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Explicação da Ementa: Amplia o percentual de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) destinado a investimento e custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e determina que as instituições de pesquisa e as universidades habilitadas a apresentarem projetos tenham sede na área de atuação da SUDAM.

Relator: Deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM).

Parecer: pela **aprovação**, com Emendas.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 515/2015 - Kaio Maniçoba (PHS-PE)

Determina o fornecimento de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, às regiões da área de atuação da SUDENE afetadas por estiagem que tenham decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal.

Relator: Deputado Vitor Valim (PMDB-CE).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 1.241/2015 - Jorge Côrte Real (PTB-PE)

Altera o art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, que define "diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências".

Explicação da Ementa: Prorroga o prazo de isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para empreendimentos instalados na Região Norte e Região Nordeste.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Parecer: pela **aprovação**, com Emenda.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 54/2015 - Alan Rick (PRB-AC)

Propõe que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, acompanhe a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em sua atribuição de fiscalizar a prestação de serviço adequado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

Relator: Deputado André Abdon (PRB-AP).

Relatório Prévio: pela **implementação**.

Aprovado por unanimidade o Relatório Prévio.

Em 18.11.2015

PROJETO DE LEI Nº 2.043/2015 - Hildo Rocha (PMDB-MA)

Altera o inciso IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Relator: Deputado PAES LANDIM (PTB-PI).

Parecer: pela rejeição.

Designado Relator Substituto, Deputado Vitor Valim (PMDB-CE).

Parecer do Relator, Deputado Vitor Valim (PMDB-CE), pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 02.12.2015

PROJETO DE LEI Nº 532/2015 - Lelo Coimbra (PMDB-ES)

Modifica os arts. 7º, 9º, 16 e 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterada pela Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. (Apensados: PL 2.125/2015 e PL 2.342/2015).

Explicação da Ementa: Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

Relatora: Deputada Júlia Marinho (PSC-PA).

Parecer: pela **aprovação** deste e do PL 2.125/2015, apensado, com Substitutivo, e pela **rejeição** do PL 2.342/2015, apensado.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 865/2015 - Alan Rick (PRB-AC)

Altera o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, que "dispõe sobre bagagem de passageiro procedente do exterior, disciplina o regime de entreposto aduaneiro, estabelece normas sobre mercadorias estrangeiras apreendidas e dá outras providências".

Explicação da Ementa: Concede autorização para instalação de loja franca em municípios na área de fronteira.

Relatora: Deputada Simone Morgado (PMDB-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 2.125/2015 - Domingos Sávio (PSDB-MG)

Modifica o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, assegurando o repasse de recursos dos fundos constitucionais de seus bancos administradores para os bancos cooperativos e às confederações de cooperativas de crédito, e dá outras providências.

Situação: Apensado ao PL-532/2015.

PROJETO DE LEI Nº 2.802/2015 - Pauderney Avelino (DEM-AM)

Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal.

Relatora: Deputada Júlia Marinho (PSC-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 3.166/2015 - Pedro Chaves (PMDB-GO)

Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região de Terra Ronca (Funter) e dá outras providências.

Relatora: Deputada Simone Morgado (PMDB-PA).

Parecer: pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 09.12.2015

PROJETO DE LEI Nº 6.516/2013 - Moreira Mendes (PSD-RO)

Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências. (Apensado: PL 8.222/2014).

Relator: Deputado Zé Geraldo (PT-PA).

Parecer: pela **aprovação** deste, da Emenda de Relator 1 da CAPADR, da Emenda de Relator 2 da CAPADR e do PL 8.222/2014, apensado, com Substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2015 da CINDRA.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 8.222/2014 - Marcos Montes (PSD-MG)

Altera a Lei nº 11.952, de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, para dispor sobre as etapas do Programa Terra Legal e dá outras providências.

Situação: Apensado ao PL 6.516/2013.

PROJETO DE LEI Nº 2.096/2015 - João Arruda (PMDB-PR)

Cria Área de Livre Comércio no Município de Barracão, no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Relator: Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

Parecer: pela rejeição.

A Deputada Simone Morgado apresentou Voto em Separado em 01/12/2015.

Rejeitado o Parecer do Relator.

Designada Relatora, Deputada Simone Morgado (PMDB-PA).

Parecer da Deputada Simone Morgado (PMDB-PA), pela **aprovação**.

Aprovado por unanimidade o Parecer Vencedor da Deputada Simone Morgado. O Parecer do Deputado Pauderney Avelino passou a constituir Voto em Separado.

PROJETO DE LEI Nº 2.877/2015 - Simone Morgado (PMDB-PA)

Cria o Fundo de Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Geográfica do Arquipélago do Marajó.

Relator: Deputado Delegado Éder Mauro (PSD-PA).

Parecer: pela **aprovação.**

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 3.095/2015 - Domingos Neto (PMB-CE)

Define políticas públicas voltadas para redução das desigualdades regionais, visando à pesquisa de métodos e meios de combate à desertificação e melhor convivência com a semiaridez e estabelecendo preferência para instalação de centros universitários.

Relator: Deputado Cacá Leão (PP-BA).

Parecer: pela **aprovação**, com Emenda.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 42/2015 - Hissa Abrahão (PPS-AM)

Institui o Fundo da Zona Franca de Manaus e autoriza deduzir do imposto de renda das pessoas jurídicas as doações efetuadas ao Fundo da Zona Franca de Manaus; e altera o Decreto-Lei nº. 288 de 28 de fevereiro de 1967.

Relator: Deputado Átila Lins (PSD-AM).

Parecer: pela **aprovação**, com Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 16.12.2015

PROJETO DE LEI Nº 6.460/2013 - Senado Federal - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - (PLS 380/2012)

Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia Legal e da Faixa de Fronteira.

Relatora: Deputada Jozi Araújo (PTB-AP).

Parecer: pela **aprovação**, com quatro Emendas e duas Subemendas.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 2.284/2015 - Victor Mendes (PV-MA)

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), para incluir o vale do rio Pericumã em sua jurisdição. (Apensado: PL 2.533/2015).

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI).

Parecer: pela **aprovação** deste e do PL-2.533/2015, na forma do Substitutivo.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 2.533/2015 - Elmar Nascimento (DEM-BA)

Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), para incluir o vale do rio Itapicuru-BA em sua jurisdição

Situação: Apensado ao PL-2.284/2015.

PROJETO DE LEI Nº 3.252/2015 - Fábio Faria (PSD-RN)

Altera a Lei nº 12.608, de 2012, e a Lei nº 12.340, de 2010, para incluir medidas de precaução contra erosão costeira.

Relator: Deputado Domingos Neto (PMB-CE).

Parecer: pela **aprovação**, com emendas.

Aprovado por unanimidade o Parecer.

REJEITADAS

Em 23.09.2015

PROJETO DE LEI Nº 578/2015 - Carlos Manato (PSD-RN)
Inclui, para fins legais, os municípios do Estado do Espírito Santo, previstos na Lei n. 9.690, de 15 de julho de 1998, na Região do Semiárido, alterando a Lei n. 7.827, de 27 de setembro de 1989.
Relator: Deputado Marcelo Castro (PMDB-PI).
Parecer: pela **rejeição**.
Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROJETO DE LEI Nº 648/2015 - Luiz Nishimori (PR-PR)
Cria Área de Livre Comércio no Município de Guaíra, Estado do Paraná.
Relator: Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).
Parecer: pela **rejeição.**
Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 28.10.2015

PROJETO DE LEI Nº 26/2015 - Assis do Couto (PT-PR)
Cria Área de Livre Comércio no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.
Relator: Deputado Angelim (PT-AC).
Parecer: pela **rejeição.**
Aprovado por unanimidade o Parecer.

Em 02.12.2015

PROJETO DE LEI Nº 2.342/2015 - Rogério Rosso (PSD-DF)
Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que "Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e dá outras providências".

Explicação da Ementa: Estabelece que o Banco de Brasília (BRB) administre e opere os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) aplicados no Distrito Federal.
Situação: Apensado ao PL-532/2015.

Em 09.12.2015

PROJETO DE LEI Nº 7.613/2014 - Moreira Mendes
Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que altera disposições da Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus, para conceder isenção do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados para armas e munições.
Relator: Deputado Angelim (PT-AC).
Parecer: pela **rejeição**.
Aprovado por unanimidade o Parecer.

PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

PDC-246/2015 - Célio Silveira (PSDB-GO)

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Entorno.

Relator: Deputado Paes Landim.

Parecer: pela aprovação, com Substitutivo.

Situação: Pronto para pauta.

PROJETOS DE LEI

PL- 3809/2015 - Mauro Mariani (PMDB-SC)

Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos a vítimas de calamidades públicas.

Relator: Deputado Cacá Leão (PP-BA).

Situação: Aguardando Emendas.

PL- 3510/2015 - Luiz Cláudio (PR-RO)

Autoriza a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) a participar do Fundo de Energia do Norte, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Norte, e dá outras providências.

Relatora: Deputada Júlia Marinho (PSC-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3491/2015 - Alan Rick (PRB-AC)

Cria a Zona Franca de Rio Branco, Estado do Acre.

Relator: Deputado Angelim (PT-AC).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3446/2015 - Marcos Abrão (PPS-GO)

Altera a Lei nº 7.827, de 1989, para estabelecer limite mínimo de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para as atividades de micro e pequenas empresas.

Relator: Deputado Alan Rick (PRB-AC).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3418/2015 - Giacobo (PR-PR)

Criação da Zona Franca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Relator: Deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3418/2015 - Giacobo (PR-PR)

Criação da Zona Franca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Relator: Deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3173/2015 - Pedro Chaves (PMDB-GO)

Institui o Fundo Nacional de Apoio à Região da Chapada dos Veadeiros (Funveadeiros) e dá outras providências.

Relator: Deputado Nilson Pinto (PSDB-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3097/2015 - Domingos Neto (PROS-CE)

Estabelece critérios para a caracterização de municípios em estado de vulnerabilidade social e dá outras providências.

Relator: Deputado Roberto Britto (PP-BA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3004/2015 - Jhc (SD-AL)

Cria a Zona Franca Tecnológica de Palmares.

Relator: Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM).

Parecer: pela rejeição.

Situação: Pronto para pauta.

PL- 2672/2015 - Silas Brasileiro (PMDB-MG)

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir na região Centro-Oeste as áreas geográficas que especifica.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 2119/2015 - Heráclito Fortes (PSB-PI)

Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, para destinar até 35% (trinta e cinco por cento) da energia elétrica contratada por meio das licitações para suprimento do mercado cativo às distribuidoras que atuem na Unidade da Federação onde serão instalados os empreendimentos ofertantes vencedores.

Relator: Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-1955/2015 - Rocha (PSDB-AC)

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

Relatora: Deputada Jéssica Sales (PMDB-AC).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-1429/2015 - Cabuçu Borges (PMDB-AP)

Estende a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana para o Município de Mazagão, Estado do Amapá.

Relatora: Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-1405/2015 - Expedito Netto (SD-RO)

Amplia a gama de produtos da Amazônia Ocidental beneficiados com a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados prevista no art. 6º do Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, e reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a venda desses produtos no mercado interno.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 10.865, de 2004.

Relator: Deputado Beto Salame (PROS-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL-661/2015 - Daniel Vilela (PMDB-GO)

Cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia.

Relator: Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 442/2015 - Dagoberto (PDT-MS)

Dispõe sobre a instalação e funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BCO) e dá outras providências.

Situação: Apensado ao PL-6689/2009.

PL- 6835/2013 - Chico das Verduras (PRP-RR)

Prorroga o prazo de adimplemento contratual previsto no art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, relativo ao programa de regularização fundiária na Amazônia Legal.

Situação: Apensado ao PL-6796/2013.

PL- 6796/2013 - Jhonatan de Jesus (PRB-RR)

Altera o art. 19 da Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009, que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências."

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: O prazo será de 5 (cinco) anos.

Apensado: PL-6835/2013.

Relator: Deputado Leo de Brito (PT-AC).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 6575/2013 - Senado Federal - Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) - Nº Origem: PLS 15/2011

Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências.

Relatora: Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 5668/2013 - Geraldo Resende (PMDB-MS)

Obriga a criação de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) em todos os estabelecimentos de educação básica e superior.

Situação: Apensado ao PL-5283/2013.

PL- 5505/2013 - Celso Jacob (PMDB-RJ)

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes em escolas da rede pública de todo o território nacional e dá outras providências.

Situação: Apensado ao PL-5283/2013.

PL- 5283/2013 - Felipe Bornier (PSD-RJ)

Torna obrigatório o plano de evacuação em situações de risco em todos os estabelecimentos de ensino.

Apensados: PL-5505/2013 e PL-5668/2013.

Relatora: Deputado Átila Lins (PSD-AM).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 3384/2012 - Damião Feliciano (PDT-PB)

Dispõe sobre a criação de Zona Franca no Estado da Paraíba.

Relator: Deputado Vitor Lippi (PSDB-SP).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 6689/2009 - Senado Federal - Lúcia Vânia (PSDB-GO) - Nº Origem: PLS 303/2008

Dispõe sobre a instalação e o funcionamento do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (BDCO), criado pelo § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 7.827, de 1989, com redação dada pela Lei nº 10.177, de 2001, e pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001, e revoga o art. 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001.

Apensado: PL-442/2015.

Relatora: Deputada Júlia Marinho (PSC-PA).

Situação: Aguardando Parecer.

PL- 4179/2008 - Ricardo Tripoli (PSDB-SP)

Estabelece o “Programa Desmatamento Zero” na Amazônia e dá outras providências.

Relatora: Deputada Maria Helena (PSB-RR).

Situação: Aguardando Parecer.

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PLP- 109/2015 - Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande São Luís e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da São Luís e dá outras providências.

Relator: Deputado Paes Landim (PTB-PI).

Parecer: pela rejeição.

Situação: Pronto para pauta.

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PFC-15/2015 - Arnaldo Jordy (PPS-PA)

Propõe que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de auditoria no instrumento de aditamento contratual entre o BNDES e a Norte Energia S.A., que alterou datas do cronograma de entregas do empreendimento.

Relator: Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT).

Situação: Aprovado o Relatório Prévio, pela implementação. Aguardando Relatório Final.

PFC-54/2015 - Alan Rick (PRB-AC)

Propõe que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, acompanhe a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em sua atribuição de fiscalizar a prestação de serviço adequado pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

Relator: Deputado André Abdon (PRB-AP).

Situação: Aprovado o Relatório Prévio, pela implementação. Aguardando Relatório Final.

REQUERIMENTOS APRESENTADOS

REQUERIMENTO Nº 079/2015 - do Sr. Wilson Filho (PTB-PB) – que "requer a realização de um Seminário, na Assembleia Legislativa da Paraíba, com representantes do Ministério da Integração Nacional, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e da Agência Nacional de Águas (ANA) e autoridades do Estado da Paraíba para tratar das ações, práticas e diretrizes que deverão ser tomadas no combate à seca no Estado da Paraíba no ano de 2016".
Apresentado em 17/12/2015.

REQUERIMENTO Nº 078/2015 - do Sr. Beto Salame (PROS-PA), subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) e pela Deputada Simone Morgado (PMDB-PA) – que "requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Minas e Energia, para debater sobre o nível de segurança das barragens de rejeitos instaladas por empresas mineradoras no Estado do Pará".
Aprovado em 2/12/2015.

REQUERIMENTO Nº 077/2015 - do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) - "requer que seja realizada audiência pública para discutir sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais produzidos no Polo Industrial de Barcarena, em especial pelo naufrágio ocorrido no cais do porto de Vila do Conde, município de Barcarena, no Pará, com o navio que estava atracado, finalizando o embarque de 5.000 bois vivos que seguiriam para o exterior".
Aprovado em 2/12/2015.

REQUERIMENTO Nº 076/2015 - do Sr. Silas Câmara (PSD-AM) - que "requer audiência pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com as presenças do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Dr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, Dr. Celso Pansera, e da Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Dra. Rebecca Garcia, para tratar sobre o Processo Produtivo Básico (PPB)".
Aprovado em 18/11/2015.

REQUERIMENTO Nº 075/2015 - da Sra. Janete Capiberibe (PSB-AP), subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) - que "nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requer audiência pública na Comissão da Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para discutir a saúde das mulheres ribeirinhas vítimas de escalpelamento".
Aprovado em 11/11/2015.

REQUERIMENTO Nº 074/2015 - do Sr. Nilson Leitão (PSDB-MT), subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) – que "solicita realização de mesa-redonda no Estado de Mato Grosso, na cidade de Sinop, para esclarecer a logística e outras demandas sobre as obras da BR-163".
Aprovado em 11/11/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 073/2015 - da Sra. Janete Capiberibe (PSB-AP) e do Sr. Glauber Braga (PSOL-RJ), subscrito pelos Deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA), Fernando Monteiro (PP-PE) e Silas Câmara (PSD-AM) - que "nos termos do art. 50 da Constituição Federal e do art. 219, inciso I e § 1º, do RICD, requer que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado o Exmo. Ministro de Estado da Integração Nacional, Sr. Gilberto Magalhães Occhi, para prestar informações sobre a regulamentação da Lei nº 12.608, de 2012".
Aprovado em 2/12/2015, com transformação da convocação em convite.

REQUERIMENTO Nº 072/2015 - do Sr. Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de audiência pública para debater sobre a proposta brasileira para a 21ª Conferência do Clima (COP21) que será realizada em dezembro de 2015, em Paris, principalmente sobre os itens propostos para a recuperação de áreas degradadas por pastagens e agricultura de baixo carbono na Amazônia".
Aprovado em 25/11/2015, com transformação de audiência pública em audiência com a equipe responsável pelo assunto no Ministério do Meio Ambiente.

REQUERIMENTO Nº 071/2015 - do Sr. Zé Geraldo (PT-PA) – que "requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia para debater sobre o PL 4.966/2013".
Aprovado em 25/11/2015.

REQUERIMENTO Nº 070/2015 - do Sr. Silas Câmara (PSD-AM), subscrito pelo Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) – que "requer audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia com as presenças do Ministro de Estado de Minas e Energia e do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, para debaterem a política de reajustes de tarifas da Região Norte, em especial do Estado do Amazonas".
Aprovado em 11/11/2015, com adendo para realizar o debate em relação à política de reajustes de tarifas no Brasil, em especial no estado do Amazonas.

REQUERIMENTO Nº 069/2015 - do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) – que "requer a realização de reunião de mesa-redonda conjunta com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia

para discussão do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Aproveitamento Hidrelétrico São Luiz do Tapajós (AHE), em face do parecer técnico elaborado pela Comissão Especial constituída pela Prefeitura de Itaituba-PA".
Aprovado em 28/10/2015.

REQUERIMENTO Nº 068/2015 – do Sr. Arnaldo Jordy (PPS-PA) – "requer que seja realizada audiência pública para discutir sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais produzidos no Polo Industrial de Barcarena, em especial pelo naufrágio ocorrido no cais do porto de Vila do Conde, município de Barcarena, no Pará, com o navio que estava atracado, finalizando o embarque de 5.000 bois vivos que seguiriam para o exterior".

REQUERIMENTO Nº 067/2015 - do Sr. Paes Landim (PTB-PI), subscrito pelo Deputado Silas Câmara (PSD-AM) – que "requer a realização de audiência pública para tratar da aviação regional e do funcionamento dos aeroportos de Parnaíba e São Raimundo Nonato, Estado do Piauí".
Aprovado em 11/11/2015, com adendo para ampliação do debate, considerando-se a aviação regional do País, e inclusão de novos convidados.

REQUERIMENTO Nº 066/2015 - do Sr. Zé Geraldo (PT-PA) – que "propõe a criação de uma Subcomissão Especial com objetivo de acompanhar e discutir com instância pública e privada soluções para conflito ambiental e fundiário no Projeto Jari".
Aprovado em 28/10/2015.

REQUERIMENTO Nº 065/2015 - do Sr. Silas Câmara (PSD-AM) – que "requer audiência pública com as presenças do Ministro dos Transportes, Presidente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Ministra do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Prefeito Municipal de Humaitá, no Estado do Amazonas, e o Presidente do Sindicato de Transporte Interestadual do Estado do Amazonas, para tratar sobre a interdição das obras da BR-319".
Aprovado em 14/10/2015. **Atendido**.

REQUERIMENTO Nº 064/2015 - do Sr. Silas Câmara (PSD-AM), subscrito pelos Deputados Cacá Leão (PP-BA), Júlia Marinho (PSC-PA) e Simone Morgado (PMDB-PA) – que "requer audiência pública com as presenças da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministra do Meio Ambiente, para tratar da Portaria Interministerial N. 192 de 5 de Outubro de 2015".
Aprovado em 14/10/2015. **Atendido**.

REQUERIMENTO Nº 063/2015 - da Sra. Marinha Raupp (PMDB-RO) – que "requer a realização de seminário no Estado de Rondônia e demais Estados da República Federativa do Brasil para debater fontes de financiamento para a cultura, assim como a disseminação da cultura e a indústria criativa no Brasil a ser realizado por esta Comissão em conjunto com a Comissão da Cultura (CCULT) e a Subcomissão Permanente sobre Fontes de Recursos para Incentivo à Cultura (SUBREC)".
Aprovado em 20/10/2015.

REQUERIMENTO Nº 062/2015 - da Deputada Simone Morgado (PMDB-PA), subscrito pelo Deputado Silas Câmara (PSD-AM) – que "requer a realização de audiência pública para debater as dificuldades que o setor de turismo vem enfrentando na Amazônia Legal brasileira".
Aprovado em 14/10/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 061/2015 - da Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO) – que "solicita a participação da CINDRA, da Bancada Parlamentar Federal dos Estados da Amazônia e da Comissão de Seguridade Social e Família, para realizar visita técnica ao Hospital de Câncer de Barretos, na cidade de Barretos (SP)".
Aprovado em 23/09/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 060/2015 - do Deputado Leo de Brito (PT/AC), subscrito pelas Deputadas Júlia Marinho (PSC-PA) e Marinha Raupp (PMDB-RO) – que "requer seja formado um grupo de parlamentares membros desta Comissão para participar da 21ª conferência sobre o clima da ONU, conhecida como COP21, a ser realizada em dezembro, na cidade de Paris".
Aprovado em 30/09/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 059/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer a realização do 'Prêmio Cindra de Desenvolvimento 2015'".
Aprovado em 23/09/2015.

REQUERIMENTO Nº 058/2015 - do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pelas Deputadas Júlia Marinho (PSC-PA) e Marinha Raupp (PMDB-RO) e pelo Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) – que "requer a realização de audiência pública para debater 'O déficit no financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) nos Estados da Região Amazônica'".
Aprovado em 23/09/2015.

REQUERIMENTO Nº 057/2015 - do Deputado Domingos Neto (PROS-CE) – que "requer a realização de audiência pública com a presença da Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outras autoridades, para debater o desabastecimento de milho no estado do Ceará".
Aprovado em 16/09/2015, com adendo para inclusão de representante da Assembleia Legislativa do Ceará no rol de convidados.

REQUERIMENTO Nº 056/2015 - do Deputado Leo de Brito (PT-AC) – que "requer a realização de audiência pública com a presença do Presidente da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Sr. João Pedro Gonçalves da Costa, para discussão da política indigenista no Brasil".
Aprovado em 16/09/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 055/2015 - do Deputado André Abdon (PRB-AP) – que "requer que a Comissão solicite ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria no empréstimo firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), para verificar se os recursos previstos no contrato para recuperação da rede de energia do Estado foram devidamente utilizados".
Aprovado em 16/09/2015.

REQUERIMENTO Nº 054/2015 - do Deputado Leo de Brito (PT-AC) – que "requer a realização de audiência pública para discussão do tema: 'Debate quanto às potencialidades turísticas da região do Juruá - no Estado do Acre'".
Aprovado em 16/09/2015.
Adendo em 14/10/2015: Transformação do evento em mesa-redonda. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 053/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA), subscrito pela Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia para debater sobre o Novo Código Mineral".
Aprovado em 2/09/2015.

REQUERIMENTO Nº 052/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA) – que "requer a realização de audiência pública com objetivo de discutir a regularização fundiária da BR-163".
Aprovado em 2/09/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 051/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA), subscrito pela Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer a realização de audiência pública para discutir a implementação da Lei 13.001/2014 no que se refere à titulação das terras nos projetos de reforma agrária".
Aprovado em 26/08/2015.

REQUERIMENTO Nº 050/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC) e Zé Geraldo (PT-PA) – que "requer a realização de audiência pública para discutir os investimentos em telefonia móvel na Amazônia".
Aprovado em 26/08/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 049/2015 - do Deputado André Abdon (PRB-AP) – que "solicita a realização de audiência pública para debater as causas que levaram à extinção do fenômeno da pororoca no Rio Araguari, no Estado do Amapá, com a presença de representantes do ICMBio, do Ministério Público Federal, dos pecuaristas da região e da Eletrobrás Eletronorte".
Aprovado em 5/08/2015.

REQUERIMENTO Nº 048/2015 - do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pela Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – "requer que seja realizada audiência pública e convidada a Sra. Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, para expor os motivos da exclusão do Estado do Pará em operação de exportação bovina".
Aprovado em 5/08/2015.

REQUERIMENTO Nº 047/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer a realização de reunião de audiência pública para discutir a matéria objeto do Projeto de Lei nº 532/2015".
Aprovado em 7/7/2015.
Adendo em 26/08/2015: Inclusão do Banco Central do Brasil entre os expositores. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 046/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA), subscrito pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC) – que "requer a realização de audiência pública com objetivo de debater sobre o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), conforme o dispositivo da Lei 13.097/2015".
Aprovado em 26/08/2015.

REQUERIMENTO Nº 045/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer realização de quatro Seminários para debater o tema Desenvolvimento Regional: Avaliação, Desafios e Perspectivas para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste".
Aprovado em 1/7/2015.

REQUERIMENTO Nº 044/2015 - do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pelo Deputado Beto Salame (PROS-PA) – que "solicita informações ao Presidente do Tribunal de Contas da União sobre a decisão do órgão de investigar o uso de recursos públicos na construção da usina de Belo Monte".
Aprovado em 1/7/2015.

REQUERIMENTO Nº 043/2015 - do Deputado Beto Salame (PROS-PA), subscrito pelos Deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA) e Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer a realização de audiência pública para discutir a situação das obras de construção da Aços Laminados do Pará (ALPA), na cidade de Marabá.
Aprovado em 1/7/2015.
Adendo em 5/8/2015: Incluir no rol de convidados os Senhores Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); João Salame, Prefeito do Município de Marabá; Márcio Miranda, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; Gilberto Leite, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Marabá; Fábio Lúcio de Souza, Presidente da Associação Comercial do Pará; Senador Paulo Rocha e Deputado Lúcio Vale, Coordenadores da Bancada do Estado do Pará.

REQUERIMENTO Nº 042/2015 - do Deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), subscrito pelo Deputado Rocha (PSDB-AC) – que "solicita realização de mesa-redonda no Estado de Mato Grosso, na cidade de Colíder, para debater saúde pública, segurança pública e logística".
Aprovado em 1/7/2015.

REQUERIMENTO Nº 041/2015 - do Deputado Rocha (PSDB-AC) – que "solicita a realização de audiência pública, com a participação do Sr. Edson Girotto, Presidente do Conselho de Administração do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e do Sr. Fabiano Martins Cunha, Superintendente Regional do DNIT nos Estados de Rondônia e do Acre, para debaterem com esta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia sobre a situação em que se encontra a BR-364 no Estado do Acre".
Aprovado em 24/6/2015.

REQUERIMENTO Nº 040/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelo Deputado Zé Geraldo (PT-PA) – que "requer criação de Grupo de Trabalho no âmbito desta Comissão para acompanhar o cumprimento das condicionantes por parte do Consórcio Norte Energia na construção da Usina Belo Monte".
Aprovado em 1/7/2015.

REQUERIMENTO Nº 039/2015 - do Deputado Angelim (PT-AC) – que "requer a realização de audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) para debater a situação da pesquisa científica na Amazônia".
Aprovado em 24/6/2015, com adendo para inclusão de representante da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) no rol de convidados. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 038/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA) – que "requer realização de audiência pública com objetivo de discutir o conflito ambiental e fundiário no Projeto Jari e também o não funcionamento do projeto em parte financiado pelo BNDES".
Aprovado em 1/7/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 037/2015 - dos Deputados Júlia Marinho (PSC-PA) e Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pelos Deputados Beto Salame (PROS-PA), Janete Capiberibe (PSB-AP), Simone Morgado (PMDB-PA) e Zé Geraldo (PT-PA) – que "requer a realização de audiência pública para discutir a situação do cumprimento das condicionantes por parte do Consórcio Norte Energia na construção da Usina Belo Monte".
Aprovado em 10/6/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 036/2015 - da Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) - que "requer audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) para debater sobre a demarcação da área de terras reconhecida como Quilombo do Rosa, sua desintrusão e titulação à comunidade quilombola".
Aprovado em 10/6/2015.

REQUERIMENTO Nº 035/2015 - do Deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM), subscrito pelo Deputado Rocha (PSDB-AC) – "requer a realização de audiência pública para debater sobre a regularização dos aeroportos do estado do Amazonas".
Aprovado em 24/6/2015.

REQUERIMENTO Nº 034/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA) – "requer a realização de audiência pública com objetivo de discutir a crescente violência na Região do Xingu".
Aprovado em 10/6/2015.

REQUERIMENTO Nº 033/2015 - do Deputado Zé Geraldo (PT-PA), subscrito pelos Deputados Angelim (PT-AC), Janete Capiberibe (PSB-AP) e Júlia Marinho (PSC-PA) – "requer a realização de audiência pública com objetivo de debater a atual legislação do Terra Legal para a Amazônia".
Aprovado em 10/06/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 032/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelo Deputado Rocha (PSDB-AC) – "requer a realização de audiência pública para debater sobre uma 'Nova Concepção de Desenvolvimento Regional'".
Aprovado em 27/5/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 031/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pela Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO) - "requer a realização de audiência pública para discutir a lavoura cacaueira nos estados da Região Amazônica".
Aprovado em 20/5/2015.
Adendo em 5/08/2015: Inclusão como convidados de um representante do Ministério da Agricultura e um representante de um dos municípios produtores. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 030/2015 - do Deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) - "solicita realização de audiência pública para debater as razões do não cumprimento do reajuste devido aos servidores da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)".
Aprovado em 20/5/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 029/2015 - do Deputado Arthur Virgílio Bisneto (PSDB-AM) - "requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para debater sobre os rumos do Polo Industrial de Manaus".
Aprovado em 20/5/2015.

REQUERIMENTO Nº 028/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) - "requer a realização de audiência pública com a presença do Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura para debater sobre os projetos e ações prioritários de sua gestão no Ministério".
Aprovado em 29/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 027/2015 - do Deputado Alan Rick (PRB-AC) - "requer que seja aditivado o Requerimento nº 21/2015, acrescentado o nome do Defensor Público do Estado do Acre na realização de audiência pública para discutir a má prestação de serviços da Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)".
Aprovado em 29/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 026/2015 - da Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), subscrito pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC) - que "requer a realização de seminário para discutir temas relacionados à Amazônia e, oportunamente, comemorar 5 de setembro, Dia da Amazônia".
Aprovado em 29/4/2015.

REQUERIMENTO Nº 025/2015 - da Deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), subscrito pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC) - que "requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família a fim de debater as políticas públicas de prevenção, reparação e atenção dos serviços de saúde municipais, estaduais e federais, às vitimas de escalpelamentos e mutilações".
Aprovado em 29/4/2015.

REQUERIMENTO Nº 024/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) - que "requer a realização de audiência pública para discutir a situação atual do licenciamento da Usina de São Luiz do Tapajós, no estado do Pará".
Aprovado em 29/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 023/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) - que "requer a realização de audiência pública para discutir a situação atual da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho".
Aprovado em 29/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 022/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) - que "requer a realização de audiência pública para debater sobre o Programa Amazônia Conectada".
Aprovado em 8/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 021/2015 - do Deputado Alan Rick (PRB-AC) - que "requer a realização de audiência pública para discutir a má prestação de serviços da Companhia de Eletricidade do Acre (ELETROACRE)".
Aprovado em 8/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 020/2015 - do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA) - que "requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Educação sobre a situação do Fies e do Pronatec Rural".
Aprovado em 8/4/2015.

REQUERIMENTO Nº 019/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) - que "requer a realização de audiência pública para discutir os serviços prestados pelas operadoras de telefonia móvel, fixa e banda larga no estado do Pará e suas consequências para o desenvolvimento da região".
Aprovado em 25/3/2015, com adendo para inclusão do Estado do Amapá na discussão do tema e do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) no rol de convidados.
Atendido.

REQUERIMENTO Nº 018/2015 - do Sr. Alan Rick (PRB-AC) - que "requer a realização de audiência pública para debater a gestão e as fontes de recursos para atividades de proteção do meio ambiente".
Aprovado em 25/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 017/2015 - da Sra. Maria Helena (PSB-RR) - que "requer a realização de audiência pública para discussão do tema 'Interligação elétrica do Estado de Roraima ao restante do País'".
Aprovado em 25/3/2015, com adendo para realização da audiência pública em conjunto com a Comissão de Minas e Energia e dispensa da presença do Ministro de Minas e Energia, caso a reunião seja realizada apenas pela CINDRA.

REQUERIMENTO Nº 016/2015 - do Deputada Rocha (PSDB-AC) - que "solicita a realização de audiência pública, com a participação do Sr. Nilson Moura Leite Mourão, Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre, para debater com esta Comissão sobre os problemas na área de segurança pública oriundos da entrada de haitianos e demais imigrantes pela fronteira do Acre".
Excluído do Sileg por não pertencer ao campo temático da Cindra.

REQUERIMENTO Nº 015/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) - que "requer realização de audiência pública para discutir os impactos da criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) sobre a população indígena da Amazônia".
Aprovado em 25/3/2015.

REQUERIMENTO Nº 014/2015 - do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pelo Deputado Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de audiência pública na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para debater o alto custo da tarifa de energia elétrica praticado pela CELPA no Estado do Pará".
Aprovado em 8/4/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 013/2015 - da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC), Cacá Leão (PP-BA), Wladimir Costa (SD-PA) e Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de audiência pública para discutir a má prestação de serviços da Celpa e os valores abusivos e indevidos praticados na tarifa de energia do Pará".
Aprovado em 18/3/2015, com adendo para discussão do tema em âmbito nacional e inclusão do Ministro de Minas e Energia e de representante da Eletrobrás no rol de convidados. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 012/2015 – do Deputado Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de audiência pública para tratar sobre licenças indígenas para a efetivação das obras da BR-230 - Transamazônica".
Aprovado em 18/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 011/2015 – do Deputado Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de audiência pública para tratar sobre a construção e funcionamento das agências do INSS no estado do Pará e na Amazônia como um todo".
Aprovado em 18/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 010/2015 – da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC) - que "requer a realização de reunião dos membros da Cindra com o Ministro das Cidades, Sr. Gilberto Kassab, com oferecimento de coffee-break, por ocasião da exposição dos programas do Ministério relacionados à área de competência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia".
Aprovado em 18/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 009/2015 – do Deputado Alan Rick (PRB-AC) - que "requer convidar o Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Arthur Chioro, e seu administrativo para apresentarem as perspectivas de sua gestão junto ao Estado do Acre".
Aprovado em 18/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 008/2015 – do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC), Júlia Marinho (PSC-PA) e Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de audiência pública para discutir com representantes de entidades governamentais e da sociedade a respeito do esvaziamento da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal na Amazônia".
Aprovado em 18/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 007/2015 – do Deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), subscrito pelas Deputadas Júlia Marinho (PSC-PA) e Simone Morgado (PMDB-PA) - que "requer a realização de mesa-redonda em Altamira (PA) para debater o atraso das condicionantes do projeto de Belo Monte, firmadas pelo Consórcio Norte Energia com o Poder Público, frente às novas denúncias de pagamento de propina delatadas na Operação Lava Jato".
Aprovado em 18/3/2015.
Adendo em 8/04/2015: Incluir representante do Tribunal de Contas da União no rol de convidados. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 006/2015 – do Deputado Zé Geraldo (PT-PA), subscrito pelo Deputado Rocha (PSDB-AC) - que "requer a realização de audiência pública com objetivo de debater incentivos fiscais na Amazônia".
Aprovado em 18/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 005/2015 – dos Deputados Silas Câmara (PSD-AM) e Francisco Chapadinha (PSD-PA), subscrito pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC) e Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer audiência pública com as presenças do Ministro da Pesca, Ministro da Previdência Social, Ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda, para exporem sobre o benefício para o pescador e sobre a Medida Provisória 665".
Aprovado em 11/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 004/2015 – da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelo Deputado Cacá Leão (PP-BA) - que "requer a realização de reunião de audiência pública com o Ministro das Cidades, Sr. Gilberto Kassab, com o objetivo de haver exposição dos programas do Ministério relacionados à área de competência da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia".
Aprovado em 11/3/2015. Atendido.

REQUERIMENTO Nº 003/2015 – da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelos Deputados Alan Rick (PRB-AC) e Rocha (PSDB-AC) - que "requer a realização de reunião de audiência pública para discutir e propor soluções efetivas para o povo do Estado do Acre, que enfrenta a maior tragédia natural de sua história".

Aprovado em 11/3/2015, com adendo para substituir o representante das Forças Armadas por representante do Ministério da Defesa e incluir, no rol de convidados, representantes dos Estados da Amazônia e de instituições oficiais que tratam de previsões climáticas no Brasil. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 002/2015 – da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA), subscrito pelos Deputados Arnaldo Jordy (PPS-PA), Cacá Leão (PP-BA), Rocha (PSDB-AC) e Zé Geraldo (PT-PA) - que "requer a realização de reunião de audiência pública para avaliar e discutir o andamento de obras aeroportuárias na Região Amazônica".

Aprovado em 11/3/2015, com adendo para ampliar a discussão para os aeroportos do Nordeste e incluir a Anac no rol dos convidados. **Atendido.**

REQUERIMENTO Nº 001/2015 – da Deputada Júlia Marinho (PSC-PA) – que "requer a realização de audiência pública para discutir a necessidade de emancipação de projetos de assentamentos do Incra na Região Amazônica; os termos da Instrução Normativa 71/2012; a estruturação de um programa de mecanização da agricultura familiar da Região Amazônica e a regularização do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nova na BR-163, Município de Novo Progresso no Estado do Pará".

Aprovado em 11/3/2015. Atendido.

CORPO TÉCNICO

Secretário Executivo da Comissão

Cláudio Ribeiro Paes

Equipe Técnica

Anna Karyne Batista Cavalcante

Antonio Fernandes Toninho Costa

Arildo Xavier Farias

Elza Carneiro dos Santos Figueiredo

Fernanda Fernades Ferreira Pinheiro

Hosane Aparecida de Oliveira Fernandes Silva

Liderval Lucas de Souza Filho

Maria Alexandre da Silva

Suely Pereira dos Santos Sena

Estagiárias

Marcella Fernanda Felipe Carlos

Natália Maria Sena de Paiva Morais

Grupo de Apoio

Antonia Gomes Ferreira

Daiane Ribeiro da Silva Barreto

Monique Sales de Medeiros

CONTATO

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - CINDRA

Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T-55 - Fone (61) 3216-6435/ 3216-6438

Fax: (61) 3216-6440

Correio Eletrônico: cindra@camara.leg.br

Página na Internet: https: www.camara.leg.br/cindra

www.camara.leg.br/cindra

Comissão de
Integração Nacional, Desenvolvimento
Regional e da Amazônia

CÂMARA DOS DEPUTADOS